

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA N.º 79

Aos vinte e quatro dias do mês de Julho de mil novecentos e noventa e sete, nesta Cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na reunião da sessão extraordinária, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais, António de Sousa Dinis Correia e José Alberto Martins de Carvalho, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, sendo este último em substituição do titular do cargo por não se encontrar presente e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Artur Lopes Lobo, Gonçalo Nuno Caetano Alves, João Tavares Duarte, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virginia Celeste da Silva Veiga, Álvaro Patrício do Bem, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21:00 horas o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madaíl, Fernando Tavares Marques, Élio Manuel Delgado da Maia, Jorge Manuel do Nascimento, João Pedro Simões Dias, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, João Gabriel Ferreira Santos, Diogo Manuel Soares Machado, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Artur da Rosa Pires, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Lourenço Martins dos Santos, Raúl Ventura Martins e Libério da Silva Santos.

Seguidamente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelo Vogal Libério da Silva Santos, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra leu a ordem de trabalhos da sessão extraordinária, cujos pontos a seguir se transcrevem:

1 - ALIENAÇÃO DE BENS - URBANIZAÇÃO DA QUINTA DO CRUZEIRO;

2 - PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DO SIMÃO - SUL - APRECIÇÃO E APROVAÇÃO;

3 - EMPRÉSTIMOS;

4 - PROJECTO DO REGULAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - APRECIÇÃO E APROVAÇÃO;

5 - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O CONSELHO GERAL DO HOSPITAL DISTRITAL DE AVEIRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 25º DO DECRETO - REGULAMENTAR N.º 3/88, DE 22 DE JANEIRO;

Seguidamente deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a seguinte acta:

ACTA N.º 65 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por unanimidade.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais, Artur da Rosa Pires e Joaquim dos Santos Abreu.

Presidente da Mesa:

"Esta reunião não tem período de antes da ordem do dia a não ser por motivos justificados, Dr. Mangerão queria falar..."

Vogal Victor Mangerão:

"Sr. Presidente, eu julgo ter o motivo justificado para pedir que haja um período excepcional antes da ordem do dia, porque tenho uma declaração a fazer e dadas as suas características e o seu carácter eu gostava de a assumir nesta Assembleia".

Presidente da Mesa:

"Se na realidade o Dr. Mangerão considera que seja justificada a sua intervenção, nós iríamos fazer um curto período de antes da ordem de trabalhos para dar oportunidade a que se manifeste. Se ninguém se opõe, de acordo com o que está no Regimento eu iria dar um período de antes da ordem de trabalhos de quinze minutos que julgo chegará".

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal Victor Mangerão:

"Eu permito-me ler, uma declaração que trouxe escrita pelas suas características, pela importância de que se reveste para mim pessoalmente enquanto membro desta Assembleia e pelo interesse que julgo que também resulta para esta própria Assembleia, eu considere de ver formalizar da maneira mais expressa possível. E eu passarei a ler se me permitem. Desde já aviso que isto é uma declaração, é evidente que pode suscitar os comentários, as reacções, etc. Eu, feita a declaração sobre esta matéria, não replicarei, não direi absolutamente nada, porque considero que me devo limitar apenas a isto:

«Não andarei longe da verdade se afirmar que, em Julho de 1996, era bem visível entre os Aveirenses a generalizada previsão de que o PSD viria a triunfar nas próximas eleições para a Câmara Municipal. Acreditava-se, então, que o partido em Aveiro pugnaria por um projecto

mobilizador e não lhe faltariam figuras, experiência e entusiasmo para tal.

Hoje, um escasso ano depois, creio que aquela previsão apenas poderá ser hipótese admissível para escassas pessoas, ou desinformadas sobre a realidade, ou raciocinando sobre meros equívocos. O PSD não será, certamente, o vencedor e, pior do que isso, será um mau perdedor.

Não devo, nem me é necessário, descrever e analisar, neste momento, os antecedentes, os factos e os intervenientes que, na minha opinião, se entrelaçaram para ocasionar tão inesperado e completo descalabro da imagem política anteriormente sentida como plena de virtualidades e êxito. Fá-lo-ei, no entanto, se e quando o considerar útil a um construtivo debate de ideias ou posições.

Hoje, bastará assumir que assisti, atenta e preocupadamente, à crescente deterioração do processo e que, dentro dos limites do razoável, tentei intervir e motivar uma inversão de rumo. Não valeu a pena e não me o agradeceram. Agora, finalmente em vésperas de férias de Verão, estabeleci para comigo mesmo que havia concedido o maior prazo permissível para ainda se salvar a possível dignidade e confiança desbaratadas. Mas nada aconteceu e nem é previsível que venha a acontecer dentro de um calendário politicamente útil. O PSD de Aveiro vai para a praia sem definir o seu candidato à Câmara Municipal, pedra fundamental para ser exequível um projecto alternativo, ou seja, demonstrando que não existe nem pessoa, nem projecto, nem alternativa dentro de si. Não se trata, sequer de ganhar ou não ganhar a Câmara, mas de perder ingloriamente uma oportunidade de afirmação. Assim, e por isso, tomo a opção, consciente e perfeitamente fundamentada de que não quero, nem mereço, continuar a transigir e a estar subordinado a uma expressão de comportamento político que fere ostensivamente valores e objectivos que reputo essenciais.

Durante anos, nesta bancada, cumpri, o melhor que soube, as exigências do meu mandato. Do meu desempenho, não tenho que fazer referências, pois sempre me expus frontal e coerente comigo mesmo. Até ao fim, continuarei a intervir, guiado apenas por aquilo que considero correcto e melhor para os interesses da comunidade. Portanto, não esqueço nem abduco de nada que foi o meu passado, antes é sobre ele que me disponho ao confronto com o futuro. Peço a todos, pois, que entendam como pequena homenagem a esta Assembleia, tê-la escolhido como local mais próprio para anunciar aquilo que constitui, para o autarca que eu na política me limito a ser, uma decisão profunda, tanto em termos pessoais, como no plano das ideias:

A partir desta intervenção, declaro-me politicamente desvinculado do Partido Social Democrata.

Acrescentarei, apenas, que a problemática autárquica foi a grande gota de água que fez transbordar o meu copo cheio de desilusões e desencantamentos com a vida partidária. Mas a vivência das coisas que respeitam à terra onde estamos e somos, acarreta apelos e riscos que não podemos enterrar sobre pretextos de oportunismo ou passividade acomodada. Aveiro merece um projecto dinâmico, vivo, desafiador do futuro, capaz de criar uma nova solidariedade e mais criativas respostas às expectativas das pessoas. Esta Cidade e este Concelho estão pendentes de uma encruzilhada repleta de oportunidades, no início de um novo século. Todos temos um papel a cumprir nas decisões que forem tomadas. E porque é assim que entendo a participação dos cidadãos na política, não me subordinarei a uma cumplicidade qualquer. Por mim, estou farto de ser confundido como jogador do mesmo clube onde tais exigências não são minimamente assumidas e programadas.

Respeito quem, perante tudo isto, reaja de diferentes maneiras. Ou nem sequer se pronuncie. Mas eu, como já em outras situações, não fugirei ao imperativo de denunciar que o rei vai nu. Não queixarei, como Manuel Alegre, ontem, relativamente ao seu PS, nem indignado, nem ofendido, nem magoado. Estou, a 24 de Julho de 1997, simplesmente farto de me sentir partidariamente limitado e empurrado para a resignação.

Bebi em Sá Carneiro aquele princípio fundamental: "Primeiro, o País; segundo, a Democracia; terceiro, o Partido". Não vejo motivos - antes pelo contrário - para, duas décadas depois, pôr em causa aquelas prioridades. Aplicando o princípio, por analogia, ao nosso contexto actual, eu não hesitarei em expressá-lo assim: primeiro, as pessoas; segundo Aveiro; terceiro, a política partidária. Estou absolutamente certo de que Sá Carneiro concordará comigo.

Com a lúcida humildade bebida nas muitas coisas da vida e não apenas na política, hoje entendo que o poeta tenha escrito: é em momentos como este que um homem deve permanecer fiel ao sonho, quando os sonhos já morreram.»

Muito obrigado por esta oportunidade desta minha posição, Sr. Presidente agradeço de acordo com regras Regimentais, defina, qual a posição que dentro desta Assembleia passo a ter".

Presidente da Mesa:

"Eu acho que não há dúvidas, o Dr. Victor Mangerão continua na Assembleia, na sua posição de independente. Depois é uma situação para regularizar a nível de Partido, não sei como é que isso

pode ser considerado. Mas neste momento a sua posição mantêm-se aqui dentro".

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Fernando Tavares Marques.

Vogal Rosa Pires:

"Muito Breve, eu também não sabia o conteúdo desta declaração, foi o Dr. Victor Mangerão que me convidou há quatro anos, para me trazer cá, convite que eu aceitei com muito gosto. Devo dizer que tive desencontros em termos de ideias, em termos até de métodos com o Dr. Victor Mangerão, mas isso não me impede de reconhecer nele um homem inteligente, culto, sensível e que faz falta há política de Aveiro. Queria aqui dizer que sinto que ele faz falta à política de Aveiro e que espero continuar a ouvi-lo sobre as questões de Aveiro, e ouvi-lo a continuar com todo o vigor e com toda a capacidade de intervenção que ele tem demonstrado ao longo destes últimos anos".

Vogal Cruz Tavares:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta intervenção do meu caríssimo amigo Dr. Victor Mangerão, colheu-nos de surpresa. Não sabíamos de facto a posição que estava a gerar-se no espirito do Sr. Dr. Victor Mangerão, de forma que, a minha primeira reacção é de muito respeito pela atitude que decidiu tomar. Antes de mais nada, é necessário que tenhamos respeito pelas posições individuais, já que parece que, os partidos mudam todos os dias, podem mudar de programas, podem mudar de líderes, sem serem por isso penalizados e, muitas vezes uma atitude individual de um militante partidário, tal como é o Dr. Victor Mangerão, com marcação política muito acentuada, muitas vezes é mal interpretado pelas pessoas que chegam a apelidar essas atitudes com expressões altamente depreciativas. Não é o meu caso. Em primeiro lugar, o meu grande respeito pela atitude do Dr. Victor Mangerão. Em segundo lugar, queria expressar o meu desgosto, se bem que seja temperado pela esperança de que no futuro, o trabalho e as qualidades de eficácia, de luta, da resposta e de aptidões excepcionais para o combate político, não esmoreçam da parte do Dr. Victor Mangerão, mesmo na posição de militante independente, de político independente que, aliás, é um lugar excelente para muitos políticos e é um lugar onde, me honro muito de estar situado.

Finalmente, queria deixar uma nota de contraponto à posição do Sr. Dr. Victor Mangerão, quando afirma no início da sua

intervenção que, na sua opinião, o PSD não será o vencedor das próximas eleições e provavelmente será um mau perdedor. Trata-se, a meu ver, de uma expressão que resulta de uma posição momentânea de desânimo. Devo dizer que desta bancada, nós continuamos a pensar como em 1996, quando as esperanças eram muito altas. Não abrandaram porque, neste sítio há muitas ideias e há muitas pessoas e entre elas, continuamos a contar com a contribuição do Sr. Dr. Victor Mangerão".

Vogal Nuno Tavares:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, na velha escola onde o Dr. Victor Mangerão e eu nos formámos, já lá vão cerca de trinta anos, o nosso espírito foi moldado por um principio fundamental: o respeito pelo direito à diferença. Todos nós somos diferentes e se queremos construir uma Sociedade informada por valores éticos, a primeira condição que se nos põe, é de facto, termos consciência de que o nosso semelhante, sendo igual a nós, pode ser também, em muitos domínios, profundamente diferente, mas diferenças essas que estimulam até que se mantenha e que seja cada vez mais inviolável, o respeito que temos uns pelos outros.

Discordo de algumas análises que o nosso colega e querido amigo, Dr. Victor Mangerão aqui fez, particularmente a determinadas previsões de carácter político. Mas nas conversas, nas óptimas conversas que muitas vezes tivemos e continuaremos a ter, pois a amizade manteve-se perfeitamente integra. Eu aprendi sempre muito, e se o Dr. Victor Mangerão, hoje passa a independente, a diferença não é muito grande porque, o Dr. Victor Mangerão, partidariamente vinculado, foi sempre um homem que nos deu exemplos, muitas vezes difíceis, porventura até com algo de sublimidade, exemplos de profunda e total independência ética e espiritual. É portanto, na diferença e no respeito pela diferença, que eu quero aqui reiterar a profunda amizade, o profundo apreço, o profundo respeito e a profunda admiração que continuo a manter e continuarei a manter pelo Dr. Victor Mangerão. E penso que os nossos caminhos não se afastaram muito. Estaremos sempre juntos, ombro a ombro, costas com costas, na defesa de valores ideais que estou certo que ele sabe, escusando-me eu de os referir expressamente, que ele sabe a quais eu me refiro. É pois, esta palavra de profunda amizade, de profundo respeito, de profunda admiração, que eu quero aqui deixar pelo Dr. Victor Mangerão".

Vogal Diogo Machado:

" Sr. Presidente, contra um hábito que nunca foi meu e por uma questão única e simplesmente de prestar uma homenagem, hoje e por esta vez, usarei a palavra de pé. E, usarei da palavra de pé, não para

comentar porque não tenho esse direito, não para tecer considerações porque também não tenho esse direito, mas apenas e só e em meu nome pessoal, para testemunhar uma lição que eu hoje aqui pude presenciar e queira Deus que tenha conseguido assimilar para o futuro. Isto é, ao fim de quase quatro anos de presença nesta Assembleia, eu vi alguém que me habituei a encarar como um dos mais, senão o mais feroz "inimigo", como um acérrimo crítico da política que este Município tem prosseguido como um acérrimo defensor dos ideais do PSD . Como dizia, hoje via-se mesmo alguém prestar-se perante nós a uma humildade e a uma postura, que quanto a mim, é a verdadeira postura que cada um de nós deve ter não só em consciência, mas perante o eleitorado que nos elegeu e que a nós confiou. Isto é, primeiro as pessoas, depois Aveiro, e depois os ideais partidários.

Hoje, com o Dr. Victor Mangerão e agradeço-lhe essa lição, aqui pude presenciar um dos momentos mais altos desta Assembleia. Imagino o que lhe tenha custado, imagino o que lhe continuará a custar e imagino o que lhe custará no futuro. E exactamente, porque imagino tudo isso, aqui de pé lhe presto o meu respeito em meu nome pessoal, pedindo-lhe no entanto, que continue a enriquecer e a contribuir para que esta Assembleia produza como tem produzido até aqui, trabalhe como tem trabalhado até aqui e defenda intransigentemente como até aqui defendeu: primeiro o interesse das pessoas, depois os interesses de Aveiro e depois muito lá atrás, os interesses de cada um dos partidos".

Presidente da Mesa:

"Eu entretanto não queria deixar de dizer algumas palavras, porque, lamento sinceramente que o Dr. Victor Mangerão se tenha visto obrigado, pela sua coerência de princípios, a tomar esta posição. Num regime democrático, como é o nosso, nós não podemos, de facto, deixar de viver com os agrupamentos políticos, com os partidos políticos e que devem ser partidos com força e com capacidade de intervenção, por forma, que na realidade tenha um papel preponderante na nossa vivência. E, o Sr. Dr. Victor Mangerão, é uma pessoa que sempre me habituei a considerar como um indivíduo bastante válido dentro da política, nomeadamente da política da nossa terra. É evidente, que as pessoas às vezes têm os seus conflitos com os agrupamentos a que pertencem, seja na política seja no que for, mas na realidade num regimento como aquele em que todos vivemos e que com certeza todos querem que continuemos a viver, os partidos políticos, os políticos, tantas vezes mal entendidos pela população, o que é certo é que têm que

se revestir da dignidade e de um certo compromisso para com as necessidades do país e da vida política.

Portanto, é evidente que as pessoas a certa altura podem não conseguir conciliar as suas ideias, os seus princípios com o do seu agrupamento. Em todo o caso, é sempre de lamentar que pessoas tão válidas como o Dr. Victor Mangerão, se afastem de uma vivência política integrada num partido. Eu espero e disso não tenho dúvidas, que o Dr. Mangerão continuará a desenvolver uma actividade grande em favor de Aveiro, porque sempre assim tem procedido. Portanto, se ele vai continuar a falar nesta Assembleia, se não integrado na sua bancada política, mas pelo menos independentemente, vai ter o mesmo peso, vai ter o mesmo valor. De qualquer maneira, acho que é pena para ele não estar integrado num partido político, é uma perda para o PSD perder o Dr. Victor Mangerão e é uma perda para todos nós, que na realidade uma pessoa como o Dr. Victor Mangerão não esteja devidamente enquadrado num partido, por forma a ter a força que na realidade só se pode ter através dos partidos políticos devidamente organizados.

Portanto, lamento a posição que se viu na necessidade de assumir, respeito evidentemente e indiscutivelmente essa posição, mas, espero continuar e que continuemos todos a contar com o Dr. Victor Mangerão, porque é uma pessoa que no campo político tem sido indiscutivelmente válido para a Cidade de Aveiro e para o Concelho de Aveiro".

Terminado o período de antes da ordem do dia o Sr. Presidente da Mesa deu início à agenda de trabalhos desta reunião.

PONTO N.º 1 - ALIENAÇÃO DE BENS URBANIZAÇÃO DA QUINTA DO CRUZEIRO

DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 97-06-23
"ALIENAÇÃO DE BENS - URBANIZAÇÃO DA QUINTA DO CRUZEIRO" : - Face à informação prestada pelo DPGP, com o n.º 505/97, e ao pedido apresentado pela Firma Rosas Construtores, Lda., proprietária dos lotes de terreno n.º 25 e 26 da Urbanização em epígrafe, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a venda à mesma da área de 1.060 m², destinada a completar os referidos lotes, pelo valor total de sessenta milhões setecentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e nove

escudos, carecendo a presente deliberação da aprovação da Assembleia Municipal, nos termos legais."

seguidamente usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação do documento de acordo com a deliberação supra e também de acordo com a documentação distribuída por todos os Srs. Deputados Municipais.

colocando-se de seguida à disposição Srs. Deputados Municipais para eventuais esclarecimentos.

Aberto o período de esclarecimentos, usou da palavra:

Vogal Cruz Tavares:

" Sr. Presidente, não fiquei com dúvidas, excepto na parte que é exactamente o problema do valor das taxas, que parece-me ou então entendi mal, que foi fixado um preço que tem como referência o valor da última hasta pública, e depois foi deduzido um valor para taxas. A minha dúvida é só o seguinte: como é que se tira aqui o valor da taxa? o Sr. Presidente explicou que ela depois será reposta, mas numa hasta pública, todos os terrenos são vendidos por um determinado preço e depois pagam as taxas posteriormente à alienação. Portanto, é capaz de isto até estar tudo certo, tudo correcto, só que eu não percebi como é que neste caso, se deduzem as taxas e numa situação de hasta pública as taxas não são deduzidas. Suponho que pode ser um mau entendimento meu, mas gostaria de ser esclarecido".

Vogal Filipe Brandão:

"Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, muito sucintamente, para fazer um reparo. Uma vez mais esta proposta vem mal informada, designadamente, se nós calcularmos, (tal como consta da informação que nos é submetida e nenhum elemento aqui nos é aduzido que possamos entender qualquer coisa em contrário), a área de construção que totaliza 3460 metros a vinte e dois contos o metro quadrado (tal como nos é indicado), isto perfaz um montante de 76 120 contos. O Sr. Presidente permitiu-se agora aduzir algo que não consta da proposta, que é a redução para 50% da construção abaixo do solo, o que manifestamente aqui se não contém e, portanto, é um esclarecimento que, obviamente deveria constar da proposta, uma vez que, ao que creio agora, terá estado subjacente à formulação destes cálculos. Em segundo lugar, gostaria que fosse clarificada o pleno alcance desta nota final, quando se refere que a venda será efectuada, tomando em consideração que cabe ao Município a resolução da aquisição do terreno, pertencente

à Firma Publialsa, para o respectivo arruamento. Confesso que acho isto algo estranho, incluído numa proposta de alienação, mas quem fez estas contas e quem fez esta proposta, certamente poderá esclarecer".

Vogal Custódio Ramos:

" Queria fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara sobre a metodologia deste negócio. Sr. Presidente, nesta zona da Quinta do Cruzeiro está prevista no PDM a elaboração de um Plano de Pormenor. Afinal, esse Plano de Pormenor não existe ainda nesta zona, não sei sequer, se é um daqueles, dos vinte e oito ou trinta e dois, que estão em vias de execução. De qualquer forma, eu gostava de saber como surge este tipo de transacção, isto é, afinal, quem é o interessado nesta espécie de emparcelamento (porque me parece que é disso que se trata), se a empresa "Rosas e Companhia", se ela própria, requereu um loteamento e talvez, para a viabilização desse loteamento se precisava de algum terreno contíguo e se é nessa perspectiva que a Câmara se vê necessitada ou forçada a vender. É que as coisas não estão assim tão claras neste processo e aí, tal como acontece entre particulares quando carecem de completar um lote com outro vizinho, que estão contíguos, penso que é uma metodologia correcta e daí nada a opor. Só que, importa que as contas sejam bem feitas e preservados os interesses municipais".

Presidente da Câmara:

" Começava por dar resposta à questão levantada pelo Sr. Custódio Ramos, para dizer que neste caso é exactamente o mesmo que se passa com dois particulares. Embora nós sejamos uma entidade, temos que negociar com o vizinho do lado, caso contrário, não podemos utilizar o terreno em termos daquilo que está aprovado no estudo urbanístico de há anos atrás. Portanto, o interesse é comum. É uma negociação, interessa como disse o Sr. Custódio Ramos, que ela seja bem feita e parece-me que sim, que está negociada em termos dos preços existentes da última hasta pública, que é recente. A empresa quando pedir o loteamento para a restante área, terá que pagar as taxas de loteamento. Quando os lotes são vendidos em hasta pública já incluem as taxas de loteamento. Os preços utilizados foram os da hasta pública, portanto eu penso que está correcto. A questão dos 50% que não está aí escrito, isso é a norma estabelecida em cave, em subterrâneo, de qualquer prédio que seja para caves, são portanto ao preço de 50% da construção acima do solo.

A nota que se refere o Dr. Filipe Brandão, é uma nota para a Câmara se aperceber que isto só terá efeito, só avançará se de facto a

Câmara fazer uma negociação à posterior com a Publialsa que tem aqui uma área que de facto também é necessário negociar com eles. É só uma nota para a Câmara Municipal, não interfere nesta negociação. O loteamento só poderá avançar se a Câmara Municipal e o loteador, resolverem o problema com a Publialsa na parte da frente. Para nós não tem influência no preço, não tem influência na decisão".

Vogal Cruz Tavares:

" Eu agradeço ao Sr. Presidente da Câmara, o esclarecimento. Percebi agora a origem desta dedução, mas queria já agora, pedir-lhe um outro esclarecimento relativamente a esta Urbanização da Quinta do Cruzeiro e da relação com as aquisições que a Câmara fez destinadas à implantação da variante de Esgueira. Eu pergunto: há terrenos sobrantes? Isto é, as aquisições que a Câmara efectuou com vista à implantação da variante de Esgueira foram, (naturalmente tinham que ser), por efeito do cadastro, excedentárias, ou seja, sobraram. Eu pergunto, se nesta Urbanização da Quinta do Cruzeiro, estão previstas hastas públicas de terrenos que tenham sido adquiridos pela Câmara e que, portanto, neste momento pertençam à Câmara, mas que tenham sido adquiridos com a finalidade da implantação da estrada. Isto, levanta um problema antigo, pelo qual me tenho batido ao longo dos anos, que é o destino e as mais-valias que muitas vezes são obtidas pela Câmara, por causa das menos-valias dos particulares. Não sei se será o caso, gostava que o Sr. Presidente me tranquilizasse e se, nesta situação não surgiu de novo esta prática antiga que tem sido levada a cabo pela Câmara".

Vogal Custódio Ramos:

" Pedia a fineza que o Sr. Presidente da Câmara me esclarecesse o seguinte: se após a cedência pela Câmara de Aveiro deste lote tipo triângulo, se a zona envolvente é pertença da Câmara ou não. Caso seja, se porventura ela fica prejudicada em termos de terreno útil, de terreno com validade para o Município, se fica prejudicada, portanto, com a cedência desta parcela".

Presidente da Câmara:

" Não há área envolvente que possa resultar prejuízo para a Câmara. A Câmara não tem mais área envolvente a estes lotes.

Relativamente à pergunta do Sr. Eng.º Cruz Tavares, francamente, neste momento não lhe posso dizer se porventura há alguma área sobrante que venha ou tenha sido incluída numa mais-valia,

digamos assim. Poderá haver, na parte que diz respeito a terrenos que eram da CP, mas poderei dar-lhe a informação mais tarde. Neste momento, não tenho. Ao longo da Circular de Esgueira, não tenho de momento informação de que alguma das áreas sobrantes possa ter vendido já em hasta pública. Portanto, eu não quero estar a dizer nem sim nem não, neste momento. Neste momento, eu não tenho resposta concreta a dar à questão que me levantou".

Vogal Cruz Tavares:

"O que eu lhe pedia, é se me esclarecia se esses terrenos, se de futuro vierem a ser incluídos numa urbanização, e como actualmente são terrenos da Câmara, o que é que se faz aos antigos proprietários que os venderam para meter lá uma estrada e a estrada saiu de lá".

Presidente da Câmara:

"A parcela que está a focar eu não consigo atingir se é ou não é real. Agora, também depende muito da forma como foi negociado e das cláusulas da escritura e dos contratos feitos. Também dependerá disso. Mas eu não posso neste momento dar-lhe essa resposta concreta Sr. Eng.º, mas vou pedir ao serviço para lhe a darem e até por escrito e analisar bem e tirar a dúvida que lhe possa acontecer".

Entretanto saíram da sala os Vogais, António Sousa Dinis Correia e João Alberto Simões Barbosa.

Não se verificando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia o ponto n.º 1 da agenda de trabalhos: Alienação de Bens - Urbanização da Quinta do Cruzeiro, tendo o mesmo merecido aprovação por maioria de vinte um votos a favor (12 PP + 9 PSD) e sete abstenções (1 PSD + 5 PS + 1 CDU).

PONTO N.º 2 - PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DO SIMÃO - SUL - APRECIACÃO E APROVAÇÃO

DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE 97-06-30 "PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DO SIMÃO SUL: -

Dando continuação às diversas deliberações tomadas sobre o Plano de Pormenor da Quinta do Simão Sul, o Sr. Presidente deu conhecimento ao Executivo do Parecer emitido pela C.C.R.C. para o Plano de Pormenor da Quinta do Simão Sul, na sequência da reunião de consenso efectuada naquela Comissão, com a presença dos representantes das diferentes Entidades consultadas, desta Câmara Municipal, e da Equipa adjudicatária do Plano. Mais informou o Sr. Presidente que as alterações decorrentes do citado Parecer foram já introduzidas no documento final do Plano, o que foi esclarecido por um elemento da Equipa-Autora, que se encontrava presente.

Seguiu-se um período de troca de impressões, após o que foi deliberado, por unanimidade, remeter o citado Plano à Assembleia Municipal, para aprovação, por se considerar o mesmo em conformidade com a legislação em vigor aplicável e com os pareceres sobre o mesmo emitidos.

Os Vereadores Dr. Nogueira de Lemos e Eduardo Feio disseram votar favoravelmente o envio à Assembleia Municipal, atendendo às informações técnicas prestadas anteriormente, nomeadamente à de que não decorreu do inquérito público qualquer alteração de fundo que tipifique situações previstas no n.º 7 do art.º 14º do Decreto-Lei n.º 69/90 de 2 de Março, e na sequência das várias posições já tomadas sobre o assunto, nomeadamente nas reuniões do Executivo de 22 de Janeiro e 2 de Dezembro de 1996."

Entretanto deu entrada na sala o Vogal António de Sousa Dinis Correia.

Presidente da Câmara:

"Nós temos connosco o Gabinete autor deste Plano. Com certeza, na oportunidade, vão apresentar o Plano da Quinta do Simão Sul aos Srs. Deputados, convenientemente e em termos técnicos que só eles sabem fazer.

Antes, porém, eu queria fazer uma pequena introdução: Trata-se de um Plano que toda a gente se apercebeu da sua realização. Trata-se de um Plano integrado numa mancha destinada, no Plano Director Municipal que incluía a totalidade de uma área que abrangia a zona industrial até ao "Feira Nova", isto em termos latos, colocando, portanto, toda aquela área na aproximação da 109, como área industrial. Porquê? Aconteceu que a Câmara, em vez de ter feito o Plano de Pormenor que estava previsto no Plano Director Municipal, resolveu partir as duas áreas, mantendo a execução pelo mesmo gabinete do Plano, da zona industrial de Taboeira, mas reduzindo essa área, para

que desse lugar a um novo Plano, chamado Plano de Pormenor da Quinta do Simão Sul. A alteração que se colocou à Câmara e que nós colocamos aqui também à Assembleia Municipal e que se for aprovado, este Plano carecerá, naturalmente, de ser rectificado superiormente, dado que não se "respeitou" o Plano Director Municipal, porque me parece que aquilo que se fez não está totalmente afastado daquilo que o Plano Director diria. Tornou-se, em termos técnicos e na opinião da Câmara Municipal necessário articular aquela área que é abrangida pelo Plano da Quinta do Simão Sul com outros Planos que estão em curso, como é do conhecimento de todos os Deputados. E um deles é o Plano de Urbanização da Cidade, que embora não abarque, não integre aquela área e o próprio PDM que caracteriza a 109 como uma futura avenida, pensamos, que não seria correcto trazer empresas, trazer fábricas até à zona muito próxima da 109. Os limites da Cidade, hoje são diferentes. Com a execução do Plano de Urbanização, como ainda recentemente se verificou numa reunião que se fez no Centro Cultural, falou-nos numa Cidade diferente: a Cidade nascente, a Cidade Poente de vazio. E portanto, hoje eu sou levado a crer que, dentro de poucos anos até a própria zona industrial estará já mal localizada, já não ficará tão bem como há uns anos atrás quando ela se constituiu. De maneira que, em termos de articulação, aquela zona que passa do nó e o IP 5 e que prolonga, a Câmara entende que deve ser protegida uma área que se coadune com aquilo que também virá a ser o Plano de Pormenor da 109, ou seja, dar continuidade também à avenida, aquela avenida que se preconiza e que está a ser planeada no outro gabinete. Aliás, como disse, o PDM previa já a alteração da via para um novo perfil que é aquilo que está a fazer neste momento, dando-lhe características, com certeza urbanas e com faixas de trânsito diferentes daquelas que hoje tem. Por outro lado, havia um Plano da Quinta do Simão, a Norte da estrada que liga do nó da 109, daquelas duas rotundas e que vai para a zona industrial, há um Plano da Quinta do Simão, que era preciso também coadunar com aquela franja indicada como sendo zona industrial, ou seja, onde está a casa das cervejas, onde está uma fábrica ou outra, onde está uns armazéns, que era preciso também tomar uma definição. Vamos continuar com esta correnteza de fábricas até ao nó, até às rotundas, ou vamos caracterizá-la de uma outra maneira. Possivelmente em armazenagem e serviços, adoçar um pouco o ambiente naquela área. Por outro lado, tínhamos também a zona industrial do lado nascente, que era preciso tamponar, no meu entender são termos não muito técnicos em termos de urbanismo, mas que são aqueles que eu sei dizer. Tamponar, é criar condições de uma vida diferente e trazer para junto da estrada 109, em resumo, habitação, vida, zonas verdes, áreas livres, enfim, e comércio

e serviços, que é o caso que aqui se apresenta. Como sabem também, este Plano de Pormenor da zona industrial, foi já adjudicado em 1995, em 2 de Outubro de 1996 a Câmara aprovou a divisão nos dois planos, aprovou depois o PP e deliberou já em Dezembro de 1996 submetê-lo a inquérito público, fez o percurso normal, em vez de estar trinta dias teve sessenta, exactamente aguardando as reclamações e as sugestões. E até 17 de Abril do ano passado foram apreciadas as reclamações e os pareceres das entidades. Em 30 de Julho de 1997, foi analisado o parecer final da C.C.R. e decidido então, remeter à posição desta Assembleia. Outra pergunta que se pode pôr. Porque não apresentaram os dois PP(s) ao mesmo tempo? O Plano de Pormenor que estamos aqui hoje a apreciar e o Plano de Pormenor da zona industrial? Ora, penso e tecnicamente depois darão a resposta (eu peço depois a atenção para os técnicos e o favor de os ouvirem), que quando a Câmara decidiu tomar a divisão da área que estava destinada no PDM em dois Planos, o próprio gabinete sente necessidade de se conhecer a aceitação do que está aqui hoje. Ou é aceite ou não é aceite. E então nessa altura, a aceitação deste vai definir o trabalho que já está avançado em termos de zonamento, em termos de loteamento, de conhecimento de utilização de todo o solo, quer da actual zona industrial, quer da ampliação da zona industrial. Portanto, o não virem os dois ao mesmo tempo não significa que o Plano da zona industrial esteja parado. E finalmente, uma outra razão e que é também de peso e que penso que é do conhecimento de todos, não foi ela que obrigou terminantemente esta divisão, mas contribuiu fortemente para que ela acontecesse, que era a empresa Casal. A empresa Casal, em vida muito difícil, já há um ano e tal, dois anos, desde que começámos a fazer o Plano de Pormenor, pelo que me é dado saber, continua com a vida bastante difícil e a proposta apresentada era de facto, à Câmara e que a Câmara aceitou e entendeu que devia corresponder, não à empresa Casal por ser empresa que já merecia também essa consideração, dado ser uma empresa tradicional, com história, com grande relevo a nível nacional no seu passado, mas acima de tudo, pelos trabalhadores também, o emprego, a falta de garantia de emprego que poderia ser encontrada por uma forma que era transformar aquela área em comércio e serviços. Francamente, é isto que tem que se dizer. Também contribuiu para que a Câmara entendendo a vida social, a vida profissional e conjugar este processo com aqueles que acabei tecnicamente de anunciar, de introduzir, porque depois as explicações serão melhor dadas, com a parte também urbanística, em termos de habitação, em termos de uma vida mais humana junto à 109., tamponar mais longe a zona industrial. Tudo isso, contribuiu de facto para que a Câmara Municipal tomasse também essa decisão de partilhar o terreno em dois

Planos de Pormenor. Julgo que, a Câmara Municipal não andou mal, andou bem; junta neste caso o útil ao agradável, de maneira que esta introdução ao Plano, é uma introdução da Câmara Municipal. Julgo mesmo que em termos da empresa não estou aqui a defender, mas portanto, a empresa é também nossa, está no nosso Concelho, pretende continuar no nosso Concelho. Uma coisa sem a outra, ficamos sem as duas, muito francamente, ficamos sem a área comercial e ficaremos sem empresa, presumo eu. Não tenho elementos na minha mão, mas por aquilo que me parece, pode acontecer isso. Era esta introdução que eu quis colocar, não a fiz naturalmente com o brilho necessário, mas fi-la com sinceridade da actuação da Câmara e sempre com a unanimidade de toda a Câmara sempre que foram tomadas decisões sobre este processo. De maneira que, as questões que vão ser levantadas, eu darei a resposta possível, mas pedia mais uma vez licença para que e antes até dessas questões, se for esse o interesse da Assembleia, que os técnicos tomem o seu lugar junto das plantas que estão expostas e apresentem melhor tecnicamente o trabalho que fizeram para que os Srs. Deputados possam depois pronunciar-se sobre isso".

Entretanto saiu da sala o Vogal Joaquim dos Santos Abreu.

Aberta discussão usou da palavra:

Vogal Cruz Tavares:

" Sr. Presidente, eu desejava tal como fez o Sr. Presidente da Câmara, separar esta questão que parece complexa nas duas partes que também foram usadas pelo Sr. Presidente da Câmara. É a questão, por um lado do Plano de Pormenor, a questão urbanística, a questão das soluções dos problemas resolvidos, e dos que ficaram por resolver, da forma como foi encarada solução para este caso e por outro lado, a questão social, laboral, que envolve também este problema. Claro que suponho, que por uma questão de método seria útil encararmos as duas questões, cada uma a seu tempo e, vemos que uma pode colidir com a outra, podem estar as duas igualmente certas, ou pode estar uma certa e outra completamente errada. Devo dizer à partida, que a minha opinião em relação à segunda parte da questão, que é a envolvente laboral, a envolvente social me parece pacífica. E julgo que o sentimento da Assembleia, é que essa questão é para resolver e de uma forma pacífica, mas nós não estamos aqui a resolver um problema laboral, estamos a tratar da Cidade. E vamos ver se aquilo que nos é apresentado como solução para esta zona do território, está ou não de acordo, com aquilo

que tem sido feito por este Executivo, que tem sido influenciado por esta Assembleia, ou se porventura, algumas lacunas ficaram por resolver.

Há Planos de Pormenor a Norte, a Sul, a Leste e a Poente. Portanto, isto não é um Plano, um trabalho que sai ali de pára-quebras e aparece artificialmente para resolver este problema. Não, este caso tem envolventes já devidamente tratadas. Vamos ver é se a solução que foi apresentada, corresponde ao material já disponível por esta Câmara, já disponível para a Cidade e também já disponível para nós.

Em relação aos Planos de Pormenor, pouco temos a dizer porque alguns ainda não vieram à Assembleia, mas vamos partir da hipótese que em relação aos Planos de Pormenor está tudo de acordo, está tudo a jogar umas peças com as outras.

E, relativamente ao Plano de Urbanização. O Plano de urbanização não está ainda aprovado, mas está a ser discutido e de uma forma particularmente profunda, e por exemplo, nós dizemos que o Plano de Urbanização, quando trata a Cidade em três grandes áreas: a área consolidada, a área dos vazios e área nascente, peca porque negligencia o problema gravíssimo da variante, da 109. Não se pode pensar numa Cidade nascente, se não se pensar na forma de tornar permeável a variante. E dissemos, e os autores do Plano de Urbanização não contradisseram, que a Variante actualmente não tem atravessamentos suficientes. Não se pode pensar numa Cidade Nascente com esta Variante tal como está: com os nós que existem, com as passagens niveladas que existem e com as desniveladas que existem. Não é suficiente. No passado nasceu uma grande superfície que foi a "Feira Nova" e foi quase imposto que houvesse uma solução para o ponto mais frágil daquela Urbanização, e o ponto mais frágil é, de facto, os acessos. Um centro comercial, uma grande superfície, não pode apenas limitar-se a fazer um grande estacionamento, tem que cuidar da forma de se entrar nesse estacionamento e na forma de sair. O Plano que nos é apresentado hoje tem em relação aos acessos, duas soluções que foram tenazmente defendidas pelos autores e que resumidamente são as seguintes: são criadas duas rotundas, são alargadas duas estradas existentes e é melhorado o nó da "Feira Nova" (podemos chamar-lhe o nó da "Feira Nova", porque foi o nó feito pela "Feira Nova"). As soluções de escoamento de tráfego gerados por esta grande superfície, a nosso ver, estão longe de ser solucionadas com este Plano de pormenor. Vejamos: não são dados da Câmara e não são dados da Assembleia, são dados dos próprios investidores, os investidores das grandes superfícies que, as três ou quatro ou cinco ou quarenta ou cinquenta grandes superfícies que se instalarem em Aveiro, têm capacidade de atracção de quatrocentos mil utentes. Porque numa distância de vinte minutos de automóvel do centro

de Aveiro, estarão interessados no abastecimento dos géneros fornecidos para as grandes superfícies quatrocentas mil pessoas. Nós temos uma superfície em carga, que é a "Feira Nova". Esta será a segunda; temos uma terceira em projecto; temos uma média de superfície; uma quarta média superfície, em construção. Quatrocentos mil a dividir por quatro, dá cem mil a cada grande superfície. Eu pergunto: como é que se escoam, como é que se evitam os problemas gravíssimos que surgiram em Gaia, no Porto e em Lisboa, com o acesso e o escoamento deste volume de tráfego? Isto é um problema meramente técnico, mas temos que ver se ele é definitivo, decisivo, ou se é apenas um pequeno pormenor. Se nós vemos a auto-estrada do Norte com engarrafamentos por causa de uma grande superfície, vamos criar aqui uma situação que nos vai gerar uma situação que hoje já está em situação crítica. Refiro-me em especial ao nó de Esgueira. Os senhores se analisarem os acessos que estão propostos para este território, vêem que um dos destinos é a zona industrial. O destino para Aveiro passa pelo cruzamento de Esgueira, outro destino é o Cabo Luís. O Cabo Luís que hoje serve de abastecimento de via de abastecimento, praticamente único da "Feira Nova", serve-se do cruzamento de Esgueira e todas as outras soluções são para escoar o estacionamento próprio desta grande superfície. Mas nós perguntamos: escoar para onde? Para a Renault, para a Cacia, ou grande parte desse tráfego vai servir, vai passar ou vai atravessar a Cidade? E se vai atravessar a Cidade, vai passar obrigatoriamente pelo cruzamento de Esgueira. Não vai servir-se do IP5, não vai servir-se do futuro itinerário complementar nº1, porque não terá acessos. O IP5 não tem acessos locais, portanto, ele vai descarregar a setenta ou oitenta por cento, sobre o nó de Esgueira. Aqui é que entra o Plano de Urbanização. O Plano de Urbanização e o Plano da 109 que está em curso, não previu esta carga de tráfego. Eu devo dizer-vos, não sei se é uma inconfidência, mas o Plano é público, que no Plano de Pormenor da 109, apenas está previsto um atravessamento desnivelado do cruzamento de Esgueira para peões. Com esta nova sobrecarga, há necessidade e suponho que é decisiva de remodelar, refazer, o problema de circulação no cruzamento de Esgueira. E isso, é para mim tão importante como o bellissimo arranjo urbanístico que se fez e contra o qual não tenho qualquer objecção. Não tenho objecções de fundo contra o arranjo urbanístico que se fez, mesmo com o problema da colisão com o PDM, isso é ultrapassável, é bom que seja ultrapassável, agora, a questão dos acessos tem que ser ultrapassado e tem que haver uma solução, e esta que foi apresentada não é satisfatória. Não é o fechar da porta à solução deste problema, mas suponho que sem isto ser ultrapassado, é muito mau para a nossa Cidade criarmos aqui e sermos

nós a criar. E a Câmara nesse aspecto tem as suas responsabilidades porque, nos está a pôr um problema que é meramente urbanístico, com uma pressão social que é insuportável, porque não é sede para solução destes problemas que nos afectam a todos, a alguns amigos, a algumas pessoas de família, mas não podemos aprovar ou reprovar um Plano de Urbanização com base numa questão social, que é muito respeitável, afecta-nos como disse, a todos, a amigos e a pessoas de família, mas estamos a tratar da nossa Cidade, do arranjo da Cidade. E se, estivermos aqui pressionados por esta manifestação de patrões e de trabalhadores, para resolver um problema que não tem nada a ver com uma empresa, por mais respeitáveis que sejam os problemas que ela tem, nós estamos a prestar um péssimo serviço à Cidade e vamos resolver sobre pressão, um problema que deve ser resolvido com calma, com ponderação e com outros estudos técnicos".

Entretanto deram entrada na sala os Vogais, João Alberto Simões Barbosa, João Pedro Simões Dias, Joaquim dos Santos Abreu e Armando Vieira.

Vogal Virgínia Veiga:

" Para tecer algumas considerações e pedir também alguns esclarecimentos. As minhas considerações têm basicamente a ver com os assuntos abordados também na intervenção anterior e, em primeiro lugar, com a questão que nos transcende, obviamente, mas que não poderemos deixar de ter em consideração, que é do problema específico de uma determinada unidade fabril, problema esse, aliás, que já foi aqui abordado por via de uma carta endereçada, como é sabido, a cada um de nós e hoje mesmo também pela intervenção do Sr. Presidente.

Eu gostaria pessoalmente de dizer a conclusão a que cheguei de tudo isto, o que é simultaneamente um pedido de esclarecimento. Porque a carta que nos foi endereçada falava de uma nova e moderna unidade fabril. E, a esse propósito, dizia mesmo haver um protocolo celebrado com a Câmara. Não nos foram enviados, apesar de a propósito dessa carta aqui ter sido abordado profundamente o assunto, os elementos relativos a esse protocolo. De todo o modo, não é isso que estamos a discutir aqui e não temos poderes de maior sobre esse assunto, embora tivesse bem valido a pena que os dois lados, já agora, o município que se nos dirigiu e a Câmara, nos tivessem fornecido elementos que permitissem concluir da veracidade e sobretudo da viabilidade dessa nova unidade fabril. Que é sabido também que um qualquer protocolo não garante coisíssima nenhuma, nem ao Município, (que é quem nós aqui representamos) nem aos municípios, sejam eles

trabalhadores do que quer que seja. Isto é, espero que os trabalhadores, quanto às promessas de garantia dos seus postos de trabalho, tenham melhores garantias do que aquelas que até agora nos foram dadas a nós, que são, obviamente, meras declarações de intenção sem mais nada. Não quero, evidentemente, levantar qualquer suspeição, mas, uma vez que ninguém me trouxe nem o protocolo, nem nenhuma garantia, tenho, no mínimo, o direito de questionar se existe para estes trabalhadores uma garantia efectiva de recolocação. Nós sabemos que nestas circunstâncias, ela existe, enquanto planos como este não são aprovados.

Em tese, há sempre garantias. Dadas a nós, não foram dadas nenhuma. Isso, não pesaria também porque não podia, no assunto sobre o qual estamos aqui a pronunciar-nos e passarei a ser breve, mas, evidentemente, como foi aqui abordado e somos sensíveis a isso, na parte que me toca sê-lo-ia em termos de filosofia pessoal, sê-lo-ia também por experiência própria em casa: sei o que significa perder o emprego de longa data e sei o que significa não ter garantia de trabalho ao fim de longos anos e, sobretudo, para trabalhadores já com determinada idade.

O que estamos aqui a discutir é este Plano de Pormenor e, por ironia, falou o Sr. Eng.º Cruz Tavares e bem, que ele não é de modo algum satisfatório em matéria de acessibilidades. Isto ultrapassa os trabalhadores da empresa em causa para atingir todos os trabalhadores do tal outro Plano de Pormenor que não nos foi trazido.

Isto é, toda a zona industrial será profundamente afectada se as acessibilidades forem aquelas que hoje aqui nos são propostas. Esse é o meu entendimento.

E estranhamente, por ironia do destino, mais uma vez se não contemplam vias de acesso para aquilo que mais circula naquelas estradas, motociclos, veículos com motor de diversas espécies e veículos sem motor. Por ironia do destino, porque nós sabemos qual é a produção da empresa mais falada neste caso.

As estradas, o alargamento não sei o número da via, peço desculpa, mas sabem com certeza àquilo a que me refiro, de dois metros de passeio para catorze metros de via, obviamente com duas faixas de rodagem, mais dois metros de passeio que não são propriamente de passeio com certeza, mas de limite de segurança, não chegam. Não há prevista nenhuma condição de acesso, dos muitos velocípedes com e sem motor que continuarão a circular naquela zona, e continuarão porque, como todo o gabinete técnico sabe a Câmara Municipal também sabe, o próprio projecto do metro de superfície não contempla, pelo menos nos dados que nos são fornecidos, a acessibilidade por essa via. E ainda que contemplasse, tal não chegava. Também, mais uma vez por ironia profundíssima do destino, Aveiro continua a ver-se alargado para uma

zona nova, criando um outro polo urbano, de concentração urbana, sem ter uma única previsão que lhe permita ter uma faixa bus. Já disse aqui, faz-me sempre lembrar a mesma coisa, faz-me sempre, por ironia, lembrar a história da queda de neve no Brasil. Não há meio de Aveiro prever no seu crescimento modo de circulação rápida dos transportes públicos, dos táxis, de tudo isso. Nós vamos tê-los no futuro, temo-los no presente, mas com maiores níveis de circulação e, também por essa via, ficarão entalados atrás do tráfego que se prevê. Nem seria preciso referirmo-nos aos utentes, bastariam os números que nos indicam dos próprios postos de trabalho que tencionam criar e que, esperemos bem que sim, não apenas na grande superfície comercial, mas nas outras áreas comerciais que vêm aqui previstas também neste Plano, a nível do rés-do-chão, dos edifícios para habitação. Nestas circunstâncias, segundo portanto tudo aquilo que foi dito, não queria deixar de dizer que há uma parte que me alegra: Aveiro, de um modo ou outro, vai crescer, esperemos que contemplando estes aspectos todos e, portanto, bem e não mal como aqui está proposto. E gostaria de chamar à atenção para um aspecto deste Plano, que me parece bastante positivo. Isto para que os técnicos que executam a filosofia política que lhes é apresentada, para ser executada no terreno, não pensem que nós não estimamos o trabalho profundo e não reconhecemos as longas horas de trabalho que tiveram com certeza para executar essa filosofia, e, dentro dela, não tenho dúvidas, da melhor maneira. Nós é que não estamos de acordo com ela nem podemos estar, nem creio que ninguém nesta sala possa estar, com o futuro que aqui se traça. E, um elogio final, só este pormenor, tem a ver com o seguinte: com o facto de na proximidade do próprio metro de superfície, finalmente se terem contemplado zonas de urbanização, de arborização e, portanto, zonas verdes e que se não tenha previsto o metro de superfície entrar por dentro dos prédios, à semelhança do que acontece com as pontes e outras coisas nesta Cidade".

Vogal Rosa Pires:

" Sr. Presidente, caros colegas, eu gostava de começar por uma questão que não estava prevista dizer e que se refere à emoção com que falou o Sr. Eng.º Cruz Tavares. Eu acho que nós devíamos reflectir um pouco nesta emoção com que ele falou, porque ela reflecte um grande pesar. E, pesar, por ter que expressar as preocupações em relação ao Plano. E acho que vale a pena perguntar como é que se chegou a esta situação, sobretudo para aprender como é que se saiu dela. Mas este aspecto, tem que ser a meu ver sublinhado. E é com muito respeito, foi com muito respeito que eu ouvi precisamente a expressão de pesar, pela contrariedade que foi para o Sr. Eng.º Cruz Tavares e a coragem que

teve, em ter que expressar uma opinião desfavorável. E depois, gostava de dizer com muita clareza, e devia ser assumida de uma vez por todas, pela Câmara Municipal, pelo respectivo Executivo, que é à Câmara que compete elaborar os Planos. É à Câmara Municipal quem compete elaborar os Planos. Se a Câmara tem razões e eu acho que tem de sobra, para que este Plano seja aprovado, deveria ter feito os esforços correspondentes, para que o Plano viesse bem elaborado e para que fossem fornecidas às pessoas, as informações convincentes, para se poder aprovar favoravelmente que era aquilo que todos nós queríamos.

Infelizmente, voltamos a ter uma situação lamentável, provocada claramente por falta de eficácia, falta de assumir a responsabilidade desta Câmara. É lamentável e é preocupante, quando nós estamos à beira de aprovar dezenas de Planos de Pormenor, que possamos dar cabo da Cidade. E eu vou exemplificar muito simplesmente: havia um pequeno problema em relação a este Plano, que aliás foi posto à mais de ano e meio, que era a passagem de uma determinada zona que estava para indústria, passar para comércio e serviços. Perguntei quando foi posta a questão, por uma mera consulta de amigos, entendo, se havia grandes infra-estruturas naquela zona, postas pela Câmara. Não havia. Então não havia problema nenhum. O "grande problema", não é de facto, problema nenhum, é perfeitamente ultrapassável. A Câmara não tinha investido, transformava-se em comércio. Quais eram os problemas que surgiam na altura? Na altura surgia a questão da circulação. Vamos criar ali um edifício que vai gerar uma actividade, que vai gerar um conjunto de fluxos viários, é preciso assegurar que estejam bem feitos. Bom, esse é um assunto que escapa ao Plano. Aquilo que nos foi dado para apreciar, não contém as informações, inclusivamente, sobre a qualidade da solução que é proposta, porque escapa ao Plano, está fora. Então um dos grandes problemas que se levantava, não é tratado, como é que é possível? Se não é no Plano, há com certeza documentos suplementares que poderiam ter sido cedidos, para que nós pudéssemos apreciar com cuidado, com objectividade, a qualidade da solução proposta. Não foram dadas. Então o grande problema não é resolvido? Mas, é óbvio que essa era a primeira coisa a fazer. Depois cria-se a questão da habitação. Quando me foi posta posteriormente a questão da habitação, eu disse: veja-se o que está no Plano Director Municipal, veja-se como é que se enquadra no Plano de Urbanização que está a ser elaborado. O mínimo que se podia dizer, é que se visse quais eram as propostas, e aqui é difícil localizar das tipologias, em que se pedisse à equipa técnica que está a elaborar o Plano de Urbanização, que comentasse a adequação desta estratégia, ao crescimento da Cidade. Porque, obviamente e nas

conversas que temos tido, tornou-se claro que a Cidade é uma malha e ao se mexer num pólo, podemos estar a influenciar o resto da Cidade. Temos que perceber, é tão simples quanto isto. Houve preocupação? Não senhor, não houve qualquer preocupação. Andei aqui, à procura de quantos fogos eram criados, todos nós estamos conscientes de que se diz que temos um número de fogos que dá para Aveiro para crescer cem anos, ou coisa no género. Número de fogos criados, não consegui encontrar, provavelmente, admito por dificuldade minha, mas o certo, é que não estava facilmente visível, ou seja, cria-se aqui uma situação de R/C + 5 e R/C + 4. Para aquela zona estava mais ou menos prevista um ou dois pisos, há ali uma demarcação do que é proposto, justificação, nenhuma. Então isto é possível? Foi aqui, no último Plano de Pormenor, foi aqui discutido. Dissemos que era o primeiro e que servia de lição. Foi dito assim: Entreguem o pareceres das outras Comissões para nós podermos apreciar. Foi dito: Entregue-se observações da participação pública, para nós podermos reagir. Nada! Zero!?. Então se a Câmara, está de facto interessada em que o Plano seja aprovado, não deve obviamente remover, tudo aquilo que seja uma situação controversa, estar muito bem justificada para que não levante objecções? Essa é a primeira preocupação, como é óbvio. Quem está verdadeiramente, genuinamente empenhado em fazer passar um Plano, identifica os pontos controversos e resolve-os. Não foi feito nada disso. Eu desafio qualquer pessoa a ler este Plano, onde é que estão estabelecidos os objectivos, onde é que está identificados os problemas e a forma como estão resolvidas. Uma questão simples, mesmo na questão da habitação, eu gosto de dar os méritos a quem os têm à posteriori, depois das pessoas o fazerem e, acho que tem que haver exigências em relação aos técnicos. Há aqui linhas de alta tensão e média tensão a passarem por cima das habitações. Não sou um especialista neste domínio, julgo que mereceria uma palavra. Não encontramos nada! Não encontramos.

Gostava de dizer, que estamos a começar um processo de aprovar mais de uma vintena de Planos. E, para mim, os planos tem que ter rigor e exigência a todos, inclusivamente, aos técnicos que fundamentem as opiniões, que as justifiquem, que ponham aqui quais são os problemas, quais são as oportunidades e a forma como é que o resolvem, com rigor, com criatividade e com sensibilidade social. Mas as coisas têm que ter um bocadinho de todas, não podemos ter só uma e perder a outra, porque a prazo, da outra vez criaram-se duas rotundas, agora outras duas, de rotunda em rotunda até à ruptura final. Tem que ter um bocadinho de todos. A minha sugestão, arregacemos as mangas rapidamente; rever o que está mal; melhorar o que pode ainda ser melhorado e, da nossa parte com certeza, todo o empenho, mas todo o

empenho verdadeiro, em resolver um problema, para ganharem os trabalhadores da CASAL e ganhar a Cidade".

Entretanto saíram da sala os Vogais Álvaro Patrício do Bem e João Ferreira da Peixinha.

Vogal João Tavares:

" Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade que me está a dar para intervir neste debate. Estou numa posição como devem calcular, um pouco diferente das intervenções dos meus colegas, o que de facto, não lhe tiro o mérito, porque eles têm razão na afirmação que fazem em relação ao escoamento e ao acesso àquela zona, que vai ser de facto, bastante dificultada. Mas, também tenho quase a certeza que a Câmara vai ter em consideração isso e irá resolver da melhor maneira, os acessos e o escoamento àquela área, para bem de todos e para bem da própria Cidade e o que me preocupa muito, a minha Freguesia que será a mais castigada. Perante este quadro, eu quero dizer ao Sr. Presidente e aos meus caros colegas que, este Plano foi aprovado pela Junta Autónoma das Estradas, Direcção Regional do Ambiente, Direcção Regional de Economia do Centro, Energia - EDP, Reserva Ecológica Nacional, Comissão de Coordenação da Região Centro, aprovado por unanimidade pela Vereação da Câmara Municipal e este Plano esteve exposto na Junta de Freguesia, durante sessenta dias que foi visitado por centenas de pessoas. Ninguém fez qualquer tipo de reclamação. Acontece porém, que como todos, como é sabido, eu não me vou debruçar sobre a parte técnica, apenas fiz o apelo inicial ao Sr. Presidente da Câmara e à sua Vereação para a resolução dos acessos, vou-me debruçar sobre a parte social. Como sabem, sou residente da Freguesia de Esgueira e conheço de perto a grande angústia de cento e sessenta operários que lá trabalham, que devem sustentar à volta de seiscentas pessoas. Sei também a angústia da própria Administração que se sente incapaz de resolver os problemas, não só da Administração como dos seus funcionários. O dia de hoje, para estes funcionários e para a própria CASAL, é o dia D, em que eles irão para casa ou tristes ou alegres e que a angústia da sua família termine. Pelo menos, essa é a grande promessa da Metalurgia CASAL e é por esse facto, que eu me sinto aqui na obrigação de defender os postos de trabalho de 160 operários, e como dizem que irá alargar para 200 e que a Metalurgia CASAL irá ter viabilidade para o futuro, para garantir estes postos de trabalho e o terminus da angústia destas famílias.

Além disso, segundo me foi dito, que a CARREFOUR irá empregar mais setecentas pessoas. Ora isto, numa Freguesia como a

Freguesia de Esgueira, é bastante salutar ouvirmos que irão ser criados mais setecentos postos de trabalho com mais duzentos da CASAL irá para novecentos. Não há dúvida nenhuma que também me preocupa, de certa maneira, o pequeno comércio envolvente, mas também tive conhecimento que serão criadas oitenta lojas para os pequenos comerciantes que se queiram lá instalar. Portanto, de alguma maneira estará salvaguardado essa eventualidade. Por isso, caros colegas, eu não me vou alongar mais a pedido do Sr. Presidente da Assembleia, uma vez que há mais intervenções a fazer e depois haverão esclarecimentos. Caros colegas, eu estou na firme disposição de hoje, se for votado este ponto da ordem do dia, eu votarei favoravelmente, embora, não esteja 100% de acordo derivado aos acessos. Quanto à outra parte, eu estou plenamente de acordo. Portanto, faço um apelo ao Sr. Presidente da Câmara e à sua Vereação e à equipa técnica, que estudem da melhor maneira, de facto, os acessos envolventes e escoamento do grande tráfego que irá envolver esta área, para que seja bom para a Cidade, bom para Esgueira e bom para todos".

Vogal Nuno Tavares:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, parece que após as intervenções do Eng.º Cruz Tavares, da Dr.ª Virgínia Veiga e do Professor Rosa Pires, que a questão surge clara. Temos duas questões que, numa apreciação conjunta, se apresenta um dilema para cada um de nós e para as nossas consciências. Por um lado, um problema que tem a ver com a qualidade de vida da comunidade aveirense, com o futuro da comunidade aveirense, com problemas que, tem a ver com o conjunto das pessoas que cá vivem; por outro lado, um problema melindrosíssimo e que contém em si mesmo interesses profundamente relevantes, profundamente legítimos para todos nós. Eu fui habituado, até profissionalmente, ao longo de mais de duas dezenas de anos, quando colocava a equação, interesses dos trabalhadores, interesses empresariais, por tendência, a favorecer sempre a parte que à partida surgia como mais débil. Isto é, quer no plano humano, quer no plano do peso relativo das duas partes, isto não é da minha autoria, isto é doutrina social cristã, a dignidade do trabalho, (afirmou mais que uma vez o Papa João Paulo II), é pelo menos igual à dignidade do capital. Portanto, postas as coisas desta maneira, eu sou em consciência, com muitas dúvidas do ponto de vista de conhecimentos técnicos que aqui foram primorosamente, do meu ponto de vista, colocadas pelo Eng.º Cruz Tavares e pelo Professor Rosa Pires, apesar de tudo isso, eu tenho que me deixar, em consciência, impressionar mais pelo drama profundo que não pode deixar de estar presente nas nossas

consciências ao decidirmos uma questão deste peso e desta dimensão humana. Mas também quero dizer ao mesmo tempo, que quando à cerca de dois meses, não sei porque bulas, recebi em minha casa uma carta, subscrita pelo Sr. Dr. Barros Vale (que eu não tive oportunidade de conhecer pessoalmente), eu me senti, aliás como muitos colegas nossos, muitos outros Deputados Municipais das várias bancadas, como que alvo de uma pressão profundamente ilegítima, para não dizer, alvo de uma tentativa de chantagem. Estavam a querer brincar e a querer jogar com a dignidade de cada um de nós. Eu assim, não sei viver. Eu quero aqui afirmar um princípio que tenho e que sempre tive: A Universidade, ou as pessoas não vão para a Universidade para aprenderem a ser ricas rapidamente. Para isso não é preciso ir para a Universidade. A Universidade, o que ensina a todos e a cada um de nós é, a ter a capacidade para servir melhor e mais responsabilmente a comunidade em que estamos integrados. Essa é que é a nossa missão na vida da comunidade. Essa é que é a nossa missão, porque (volto a não ser original, mas subscrevo novamente a afirmação) eu combato profundamente a civilização do ter; sou pela civilização ser; é essa que nos enriquece e que enobrece o homem. Não é ter muito, é ser muito; ser o melhor possível no serviço que deve prestar à comunidade. Portanto, nestas condições, nestes termos, eu não posso como há pouco disse, deixar muito dolorosamente por vezes, não por causa do interesse dos trabalhadores que aqui devem ser defendidos, mas muito dolorosamente por outras razões, eu darei o meu voto favorável a esta questão, invocando e fazendo mais uma vez, um apelo muito firme, não é pedir, é fazer um apelo firme, é exigir à Câmara, que não volte por amor de Deus, a pôr-nos perante problemas como aquele que hoje aqui nos é colocado e nos termos em que o foi".

Vogal Filipe Brandão:

" Sr. Presidente, serei particularmente breve. Eu dirigia-me ao Sr. Presidente da Câmara, sem quaisquer tergiversações, sem quaisquer tibiezas, que explique a esta Assembleia Municipal, qual a política que o Sr. Presidente quer concretizar com este Plano de Pormenor. É urgente saber, qual o desafio que o Sr. Presidente colocou aos técnicos, para por estes ser concretizado. Porque é sabido que são os políticos que tomam as decisões e aos técnicos, competirá sempre enquadrá-las e concretizá-las. Esta superfície corresponde a uma aposta do Sr. Presidente, a uma sua convicção, porque de facto, o Professor Rosa Pires com a profundidade e com a seriedade com que, reconhecidamente, aborda estas matérias, colocou a questão fundamental. O Sr. Presidente quer ver este Plano aprovado? É que

manifestamente, não surgiu com esta clareza aos olhos desta Assembleia e, portanto, solicitava a V. Ex.a de forma inequívoca a concretizar-se".

Vogal Victor Mangerão:

" Sr. Presidente, coincidiu a minha primeira intervenção como elemento independente desta Assembleia, ter de se fazer sobre um tema que veio rodeado de enormes expectativas, com uma série de ambiguidades e obviamente, de enorme responsabilidade política acrescida. Por aquilo que já aqui hoje ouvi, apercebo-me que essa responsabilidade vai ter de ser, já está a ser forçosamente repartida entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. Eu diria até que houve antecipadamente, um panorama que foi constado assim: A Câmara aprova e arruma a batata quente para a Assembleia e depois na Assembleia aparecem os trabalhadores, etc., e vamos a ver como é que aquilo se resolve. Como vêm aí eleições próximas, há-de haver aí uns que são capazes de querer aprovar, há-de haver outros que incapazes de não aprovar. É neste contexto que eu digo, que realmente, é uma responsabilidade acrescida. Simplesmente, eu julgo que há que frisar alguns pontos prévios. Primeiro, não há que julgar neste momento, sob pena de politizar de uma forma medíocre esta questão, atitudes que rodearam este processo antes de ele ser presente à Assembleia Municipal propriamente dito. Eu refiro-me a várias intervenções, não vou julgá-las em termos de intenção, a várias intervenções que inclusive foram aqui comentadas e que eu considero ser melhor esquecer. O que eu tenho perante mim é um PP que se eu quiser fechar os olhos a outras coisas, se limita a ser apenas um PP, ou seja, um Plano de Pormenor.

Um determinado espaço de território que até agora teve vocação industrial essencialmente, porque lá estava instalada aquela que era a maior infra-estrutura industrial da nossa zona, antes da RENAULT vir para cá, que faz parte de uma tradição económica e social de Aveiro, porque realmente foi o pólo de desenvolvimento industrial mais notável da região, foi uma escola de gente qualificada na área da metalomecânica, criou um nome de Aveiro, que realmente transportou Aveiro nessa área da indústria como nenhuma outra empresa conseguiu fazer, ou seja, há um simbolismo efectivo relacionado com este Plano de Pormenor, que é o nós irmos tratar, ou do funeral da CASAL ou da ressurreição da CASAL.

E, o Plano de Pormenor não pode ser visto, sem termos em consideração isto, não são as cartas com que fomos alertados, eu não vou dizer pressionados, não foram os comentários, nada disso. Isto é um simbolismo a que eu chegaria sozinho sem cartas, sem que os trabalhadores aqui estivessem, etc.. E, eu não posso esquecer essa

dimensão, porquê? Porque, como à bocado aliás disse, considero que as pessoas têm que estar à frente das outras coisas e as pessoas neste caso, são um elemento fundamental da Cidade, são um elemento fundamental do Município. Nós existimos para as pessoas porque fazemos parte da comunidade de pessoas. Eu não vou dizer que a Câmara ou a Assembleia Municipal tem de ter uma vocação de Santa Casa da Misericórdia e estar a resolver problemas sociais ou de indemnizações, etc., não é isso que está em causa. O que eu tenho de pôr em causa é assim: ao falarmos da vocação de Aveiro, numa nova centralidade, num desenvolvimento económico, nas potencialidades efectivas que pode assumir em relação à região, em relação ao país, é obvio que não podemos esquecer a componente económica, isto por um lado. Logo, não se pode tratar de qualquer maneira, como se de outro Plano qualquer de Pormenor se tratasse, a questão do futuro, da sobrevivência, da manutenção, da continuidade de uma empresa efectiva em Aveiro. Não temos tantas e tão boas que possamos estar a abrir mão da sobrevivência seja do que for. Os tempos não vão para isso e nem que fossem. Segundo ponto: É evidente que a própria Cidade ganha, quando uma zona que era até agora, ocupada por uma unidade industrial, ao ser desafectada de uma ocupação industrial e passar a ser ocupada essencialmente, por habitação e por uma componente de serviços. Objectivamente há sempre um ganho. Mandar as indústrias para a periferia, é sempre preferível tomáramos nós que houvesse hipóteses desse género em relação a duas ou três que ainda estão metidas dentro da malha da Cidade, que algumas delas bem próximas deste salão, segundo ponto. Terceiro ponto: Também acontece que, (e essa componente que eu saiba não foi aqui aflorada) não é pouco importante que uma nova grande superfície venha acrescentar-se à que já existe, mesmo que o pequeno comércio possa criticar isto, e criticará sempre aqui e noutras Cidades, mas isto faz parte das regras do mercado, faz parte do desenvolvimento económico, faz parte dos novos tempos e não somos nós, aí sim, que temos que pôr regras ou de impor condições. Isso poderá ser o Governo eventualmente, ou os Governos; não nós aqui. E acontece, eu constatei isto, a população em geral olha com bons olhos a aparição de uma nova grande superfície. Não é porque diga mal da única que existe até agora, é porque obviamente, nós sabemos que um único protagonista no mercado dita regras, ou seja, preços e condições de venda, que não acontecem da mesma maneira se houver concorrência. Em termos do consumidor de Aveiro, isto é extremamente importante. E há outra coisa ainda, quando se fala da concorrência de outros centros aglutinadores de actividades à nossa volta (e o à nossa volta vai tão longe, até à Vila Nova de Gaia ou

até Coimbra), é preciso pensarmos se podemos abdicar, por certo tipo de razões, da hipótese de reformarmos a capacidade de Aveiro nesta área.

De todo este conjunto, o que é que resulta? Resulta que isto não significa que não haja que criticar o que já aqui foi criticado e muitíssimo bem, quanto aos elementos técnicos, quanto à eficácia de demonstração deste Plano de Pormenor, que é traduzido directamente nos livros que nós recebemos. Há pontos omissos, há pontos menos bem tratados, há sobretudo uma integração no conjunto que não é feita de forma suficientemente clara e inequívoca. E resulta disso tudo, sobretudo, e para mim na minha perspectiva, o quê? Que o acréscimo de movimento diário, o acréscimo de população, inclusive o acréscimo, portanto, de densificação de todos os movimentos neste zona, pode ser fonte de um terrível estrangulamento, se por acaso, um pormenor não for definido, não for equacionado e não for garantido em relação a este Plano de Pormenor. É óbvio que esse pormenor, que é precisamente o nó de passagem sobre a Variante, não faz parte do Plano de Pormenor, enquanto tal, mas nós não podemos ignorá-lo como fonte delimitador deste Plano de Pormenor, como é para toda a região, não é só da Quinta de Simão Sul, é da Quinta de Simão Norte, é de toda a zona que ali entra em direcção de Taboeira e outras que virão a desenvolver-se para Nascente. Simplesmente, o que aqui não está equacionado é uma questão de esclarecimento. E eu pergunto, se esse esclarecimento pode ser dado. E eu fico com a resposta e aceito a resposta, porque considero que uma sessão deste género, é o local adequado para ouvir respostas complementares, àquilo que por acaso, não esteja contido em documentos que não foram distribuídos antecipadamente. É este o problema. Não era a primeira vez que acontecia, aconteceu muitas vezes, independentemente de se criticar que a resposta já devia vir nos documentos que nos foram distribuídos. Não é isso que está em causa. Ora, entre a última análise que eu fiz de tudo isto, juntamente com outras pessoas, e hoje eu vim a saber aquilo que deveria estar nos documentos e não está, e que deveria ser clarificado aqui hoje, porque para mim seria elemento para ajuizar, numa deliberação sobre este assunto.

Então a questão põe-se assim: Isto não está no Plano de Pormenor, deveria ter sido esclarecido à margem ou como pressuposto do Plano de Pormenor. Mas esse esclarecimento se for dado, tem de corresponder a esta questão. Uma vez que há um desenho, que já surge aqui, de uma nova concepção de nó, um nó mais alargado, um nó mais funcional, a questão para mim é esta: isso é um projecto que já está definido, ou seja, a sua prossecução, em tempo útil acompanhará o desenvolvimento e a entrada em funcionamento da nova área, sobretudo da nova grande de superfície? E da zona habitacional, já agora, com os

seus duzentos e tal fogos? Ou é apenas um desenho feito por fazer? Ou seja, em termos práticos e nós nisto temos que ser práticos porque o tempo urge e este processo, como outros processos, pela burocracia da Câmara, pela falta de experiência, por contrariedades dos Departamentos de Estado, seja porque for, ou simplesmente porque estamos em Portugal, este processo já se arrastou demasiado tempo. E aqui entram os tais problemas de ordem social e de desenvolvimento local e de ordem pessoal que eu não quereria falar, mas estão sempre presentes em tudo isto. Já se perdeu demasiado tempo, logo, eu ponho a questão nestes termos: há garantia (e aqui é um repto à própria Câmara, a Câmara é que sabe exactamente o que é que se passa quanto a isto) de que, este projecto com um novo nó e, portanto, com a nova acessibilidade, acessibilidade suficiente para o novo impacto de tráfego viário desta zona, há garantia que esse novo nó entre em funções, simultaneamente com a entrada em funcionamento desta zona, quando as habitações forem habitadas, quando a nova superfície, realmente começar a funcionar, ou não há? Isto é um aspecto da obra em si. Outro aspecto, e que também só indirectamente diz respeito a este Plano de Pormenor, é o seguinte: é que assim como foi o "Feira Nova" que a custeou e isto foi motivo de uma transacção política (porque era condição do licenciamento da grande superfície), assim há que ponderar se os custos desse projecto, uma vez que o projecto está viabilizado, esteja aprovado e seja, portanto, efectivado, se os custos desse projecto não deverão ser também suportados por aquele que mais vai aproveitar disto e que mais vai sobrecarregar esse pró-projecto, que é a nova grande superfície que ali surgir. Acontece que essa grande superfície, não faz parte deste Plano de Pormenor. Esta grande superfície, é aqui dada como certa para justificar a alteração da ocupação deste espaço, de em vez de uma fábrica, poderá ficar disponibilizado e autorizado para implantação de uma grande superfície. Neste momento, é isto, um pressuposto. E é com base nesse pressuposto que eu digo, para mim pessoalmente, porque vejo que o óptimo aqui é inimigo do bom (e é sinceramente o inimigo do bom) e não é o aspecto social dos trabalhadores neste caso, peço imensa desculpa, para mim é o aspecto da sobrevivência de uma unidade industrial com as características da CASAL, ser garantida no nosso território, ou eventualmente desaparecer de vez, ou poder ter de procurar refúgio noutra concelho, seja em que parte do país for. É este aspecto que a mim está a pesar. Logo, o óptimo aqui, é inimigo do bom. Há uma data de deficiências, é evidente, mas se aquele problema do nó viário, for resolvido aqui em termos de esclarecimento, eu pessoalmente diria que esquecerei de bom grado um data de coisas menos agradáveis ou dispensáveis, pelo menos, menos

simpáticas ou menos elegantes que rodearam este processo e resolvê-lo-ia a curto prazo, ou seja, hoje mesmo".

Vogal António Salavessa:

"Eu primeiro que tudo queria afirmar uma coisa que é evidente, mas que parece que alguns esquecem. É que as sessões da Assembleia Municipal são públicas, é por isso natural a presença de pessoas, quaisquer que elas sejam e, portanto, não me sinto pressionado pela presença de público. Tomara eu, que houvesse muito público, sempre, em todas as sessões da Assembleia Municipal. E até pelo próprio comportamento das pessoas hoje presentes, repito, não me sinto nada pressionado em relação à posição que vou tomar. Queria começar por dizer que ouvi com atenção outras intervenções, que partilho muitas das preocupações e que espero pelos esclarecimentos e pelas respostas da Câmara e da equipa técnica, para que possa apurar a minha posição definitiva. Porque é evidente, tenho alguma dificuldade, à partida, em aprovar um Plano de Pormenor que, não respeita o Plano Director Municipal; tenho alguma dificuldade, à partida, em aprovar um Plano de Pormenor que não respeita e que não está previsto no próprio Plano de Actividades da Câmara, para este ano de 1997. Sr. Presidente, Ex.a Câmara, o que nós temos no Plano de Actividades para 1997 é o seguinte: Apenas, Plano de Pormenor da Quinta do Simão e não Quinta do Simão Sul; definição do programa do Plano 50 continhos. É isto, o que consta do Plano de Actividades. É evidente que, se este Plano de Pormenor estivesse incluído na área do actual Plano de Urbanização da Cidade, eu nunca o poderia aprovar, porque entendo que, a definição de coisas muito concretas para uma área em que se está, neste momento a planear a Cidade, seria a pôr, como se diz na gíria popular, "colocar a carroça antes dos bois". Tal como não posso aceitar Sr. Presidente, o argumento de que estava previsto um Plano de Pormenor que abrangia uma área mais vasta, mas que se entendeu que era mais útil separar em dois e vir agora aqui com este, porque este condiciona o outro. Isto é um argumento completamente arrevesado e que não posso aceitar, porque esta Assembleia aprovou um mapa de planos que iam ser executados, aprovou uma determinada unidade de planeamento e esta Assembleia poderia perfeitamente dizer, ao contrário: Meus Senhores, desculpem lá, nós não aceitamos debruçar-nos sobre esta parte, porque queremos conhecer a totalidade. Portanto, é um argumento que não colhe. Vamos por isso, ao argumento que interessa. A Câmara foi ou não "condicionada" para o avanço para este Plano de pormenor, pela perspectiva de viabilização da empresa CASAL? Esta questão tem que ser esclarecida. Se é, não a terceira razão que foi evocada, mas sim, a

primeira razão e a determinante em relação a todas as outras, porque a atitude política em relação a esta questão ajuda a esclarecer o conjunto das outras situações. Porque, se a viabilização da CASAL passa ou não pela instalação de uma nova superfície comercial, na zona que actualmente é ocupada pela empresa, é discutível, só poderia ser assim!? Vamos admitir que se trata de uma realidade. Aqui, a Câmara deveria dizer algo mais no que respeita às suas opiniões, no que diz respeito à instalação das várias superfícies comerciais, enquanto do ponto de vista do consumidor, exclusivamente desse ponto de vista, não do pequeno comerciante, entendo que para Aveiro, é melhor duas ou três superfícies comerciais do que apenas uma, parece que resulta em evidente benefício, embora questione em relação ao seu impacto no pequeno comércio. A questão que colocava, era isto: uma Câmara Municipal, deve ou não preocupar-se com a sobrevivência de uma empresa ou com a manutenção de uma empresa no seu espaço e com a correspondente manutenção dos postos de trabalho? É ou não legítimo, que uma Câmara, podendo intervir nesse sentido, intervenha de facto? E a minha opinião, Sr. Presidente, Srs. Deputados é que a Câmara deve intervir, não deve fechar os olhos ao problema. Intervindo, deve fazê-lo no respeito dos restantes interesses da Cidade, no respeito dos interesses dos restantes cidadãos. E aquilo que hoje temos aqui que avaliar é se, a menor bondade do Plano, (e nesse campo aguardo os esclarecimentos da Câmara e da equipa técnica), é razão suficiente para que se atrase ou dilate a viabilização desta solução. Falam de uma viabilização com respeito pelos postos de trabalho e pelos trabalhadores, e do ponto de vista da CDU, só se pode entender uma solução, quando este aspecto é plenamente salvaguardado. Dizem-nos, e lamento muito que tenha sido a carta da administração e não uma exposição clara da Câmara, dizem-nos que há um protocolo entre a empresa CASAL e a Câmara Municipal, e que nesse protocolo se assume o compromisso claro, manutenção dos actuais postos de trabalho e desenvolvimento das suas actividades em Aveiro. Sr. Presidente, aqui vai a pergunta, que espero que tenham resposta clara: É ou não verdade que há este protocolo e é lamentável que ele não esteja a acompanhar este processo, embora seja outra coisa que nós estamos a avaliar, a decisão política, é decididamente motivada por este aspecto. Portanto, nós não o podemos ignorar. Eu repito, esta é a primeira causa, não é a terceira. É ou não é verdade, que há efectivamente, garantias neste sentido? Porque, isto é o que nos dizem, mas nós conhecemos muitas experiências ao longo das histórias destes últimos anos neste País, em muitas vezes, garantias que são dadas, acabam por não se concretizar. Daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu se me estivesse a dirigir aos trabalhadores da CASAL e não ao Sr.

Presidente e aos Srs. Deputados, eu diria aos trabalhadores que, a vigilância, a atenção, e até de alguma forma a pressão que tem sido feita sobre esta Assembleia, sobre a Câmara, para que fosse aprovado este Plano de Pormenor, a continuem a exercer caso ele seja aprovado, para que as garantias que são prometidas se verifiquem de facto. E que de facto, uma nova unidade industrial da CASAL, tenha todos os actuais trabalhadores e mais alguns postos de trabalho. Foi aqui questionado, se a Câmara quer ou não ver aprovado este Plano. Eu não acredito que seja outra coisa. A Câmara quer, o PP quer, o PS quer, o PSD quer. Foi assim que esta proposta foi aprovada por unanimidade e isso é outro elemento condicionante da minha decisão, foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal".

Vogal Custódio Ramos:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu começo por dizer o seguinte: não me sinto pressionado pelo público, como não me sinto minimamente impressionado por qualquer dos oradores que me antecedeu. Efectivamente, quanto aos da minha bancada, a impressão é outra, é uma questão de solidariedade e eu aguardo algumas explicações que foram solicitadas pelos membros da minha bancada também para decidir afinal, o meu sentido de voto. Todavia, penso Sr. Presidente da Câmara, que este PP começou muito mal. E começou muito mal, quando a Câmara intentou dividir um instrumento que se designava tão só Quinta do Simão, dividiu em dois instrumentos de planeamento municipal. Isso, desde logo à partida, é um jeito. E nós nesta Assembleia, eu pela minha parte falo, não estamos muito receptivos a este tipo de condicionantes. De qualquer forma, eu não me quero alongar muito, queria referir algumas notas, quanto àqueles que estão muito preocupados, talvez exageradamente preocupados, com o facto de, não se vir a cumprir totalmente ou a Lei, ou todas as orientações técnicas e jurídicas do planeamento, quando afinal, à cerca de um mês aprovámos o Plano do Picôto, (eu não votei a favor, a minha bancada não votou a favor), mas muitos daqueles que hoje, estão efectivamente tão preocupados com este Plano de Pormenor, há um mês atrás não olharam às críticas desta bancada relativamente àquele Plano de Pormenor. Ele não tinha qualidade, é uma questão de consultar as actas, não tinha, efectivamente, uma linha de rumo em termos de cumprimento das normas legais e a Assembleia não teve reboço, em aprová-lo. E, alguns jornais, foram atrás dessa conversa e ridicularizaram a minha interpretação, quando eu disse que: Sr. Presidente da Câmara, se o Picôto transgride o PDM, então tem de ir à rectificação do Governo. Ridicularizaram-me ou tentaram ridicularizar-me. Só que a mim, não ridiculariza quem quer e

eu, registo esse facto aqui, para que, essas pessoas que tentam ridicularizar outrem, aprendam também alguma coisa. É que este, Sr. Presidente, já foi dito por V. Exa., já foi dito pela equipa técnica, é dos tais instrumentos que também vêm contrariar o Plano Director Municipal. E já foi dito, não estou a dizer novidade nenhuma, só que desta vez, não sou eu a dizer, são os técnicos e os políticos ao nível da Câmara, uma vez que este instrumento contradiz o anterior, o Plano Director Municipal, tem que ir à rectificação do Governo. É uma questão de Pormenor. Eu deixo a coisa aqui registada para contraponto com a situação anterior, mas ao mesmo tempo dar um apontamento, que é o seguinte: mal vai uma Câmara que sistematicamente, tendo pela frente um caminho a percorrer tão longo de Planos de Pormenor, Planos de Urbanização, etc., envereda pela via de contrariar os registos de planeamento anteriores.

Para abreviar, eu diria em síntese, o seguinte: penso que, de um modo geral, o Plano e este conjunto de peças que tantas horas, certamente, custaram a discutir, a escrever, a desenhar, enfim, pelas mãos dos técnicos, dos economistas e outras entidades, nomeadamente, as entidades políticas, dizia que, este instrumento tem, sem dúvida, o seu mérito, fiquei tão só preocupado, com algumas intervenções anteriores, no que concerne às acessibilidades. E aí permita-me, Sr. Presidente, que reforce esta ideia. Por parte de alguns membros desta Assembleia e nomeadamente de alguns desta bancada, tem sido permanentemente focada a questão, das faixas para ciclismo. Há um membro da Câmara, que pratica esse tipo, mas afinal, não consegue fazer os outros praticarem e quando digo praticarem é aqui no terreno que vos compete exercer, é no planeamento. Foi dito nesta Assembleia, que não está em causa a envolvente laboral ou social, que isso é pacífico. Eu diria que da minha parte, também isso é pacífico e estou ansioso por dar o exemplo, porque as coisas efectivamente, só têm vida, só têm interesse, quando se praticam, quando não passam de palavras, eu confesso que, isso é vazio, é oco, não tem qualquer interesse. Aprende-se a andar, andando e eu queria que isto fosse pacífico. Tenhamos a humildade e a habilidade de arranjarmos um caminho seguro para viabilizar este instrumento que, é apenas um instrumento do planeamento, não está aqui nenhum negócio explícito ou implícito, não está aqui nenhum sistema de compensações entre entidades, entre o Município, antigas empresas, novas empresas. E aqueles que criticam os cidadãos que se nos dirigiram por carta, eu digo que, ouçam o Dr. José Magalhães do PS, que diz: Querem saber a morada do Primeiro Ministro, dos Deputados, de todos os Secretários de Estado, Directores Gerais? Está na INTERNET. O que não temos é o

direito de vetar os cidadãos de se nos dirigirem. A mim, ninguém me pressionou, nem quem se me dirigiu, nem quem me antecedeu".

Vogal Manuel António:

" Quando este Plano foi começado a ser referido, foram criadas grandes expectativas acerca daquilo que se nos iriam apresentar. Tinha sido meu entendimento, que a Câmara estaria muito interessada, realmente em resolver várias situações, vários problemas com este Plano. Este Plano, recorde, é o primeiro grande Plano de Pormenor que nós estamos a aprovar para a Cidade de Aveiro, depois da aprovação do PDM. De maneira que, deve ser apresentado de uma maneira diferente daquela que a Câmara nos habituou. E aquilo que nós verificamos é que, a realidade é, um Plano que não nos convence por aí além, antes pelo contrário, é um Plano que não nos informa acerca daquilo que nós temos que apreciar. E aquilo que nós temos que apreciar, é por exemplo, sabermos o número de fogos. Acho que isto é uma coisa tão simples, que devia vir no Plano de uma maneira explícita. Quantas pessoas vão habitar no sector 1? Fazer um estudo, quantas pessoas, quantos carros, por exemplo, vão passar naquelas ruas, por dia? Há uma série de questões, por exemplo, qual o envolvimento que este Plano de Pormenor tem. Por exemplo, já foi referido, foi criada uma passagem desnivelada que vai ser remodelada em relação à passagem desnivelada do "Feira Nova". No entanto, esta passagem que está aqui no desenho, é viável? Pois eu digo que não é. Porque basta passar pela zona e ver que para esta passagem desnivelada ser viável, da maneira que aqui está, há que deitar abaixo algumas casas, cuja Câmara ainda agora viabilizou a sua restauração, logo, esta passagem é impossível. E se esta passagem é impossível, quer dizer, que a rotunda do "Feira Nova", que serve o "Feira Nova" e como já aqui foi dito, mal, como é que vai resolver o problema de um centro habitacional, que segundo estimo entre mil a duas mil pessoas, com dois hipermercados, com uma saída atrofiada como é o Cabo Luís, ou uma saída atrofiada como é uma passagem de nível na zona industrial? Por isso há aqui uma série de questões envolventes, que se calhar estão pensadas e eu acredito que estejam pensadas. Agora, não está é aqui dito e nós precisamos de saber o que é que se pensa, sobre quais as acessibilidades que estão previstas e que são viáveis. Não é o que está no papel, é o que na realidade se vai fazer, porque parece-me fundamental que, para esta zona ter o escoamento que nós todos desejamos, por exemplo que o IP5 seja aberto na confluência com o IC1. Parece-me que, era óbvio que essa passagem tem que ser aberta, mas não é dito nada sobre isso.

Conclusão, Sr. Presidente da Câmara: parece-me que a Câmara, por um lado, pretende que a Assembleia aprove, mas por outro lado, também pretende que a Assembleia não aprove. Parece-me que há envolvimento da Câmara suficiente para que a Assembleia diga assim: sim senhor, a Câmara esmerou-se a fazer um bom Plano, realmente não temos argumentos para votar contra este Plano, porque este plano vem realmente favorecer Aveiro, vem favorecer um problema social que todos nós queremos resolver e vem resolver todos os problemas e vai ao encontro daquilo que tem sido os outros Planos, inclusivamente, o Plano de Urbanização e trazia já um parecer do Plano de Urbanização. A realidade é que estas coisas não aparecem, pelo contrário, aparecem aqui três documentos, se calhar, tecnicamente correctos e eu não estou a analisar isso. Estou a analisar é que, a maneira de nós, membros da Assembleia Municipal, os podermos digerir, não estão facilitados os dados nestes documentos, inclusivamente o sector 1, 2 e 3 tivemos que só, a meio do documento é que nos apercebemos o que é que o sector 1, 2 e 3, para depois voltar para trás para então perceber o que é que se quer dizer acerca do sector 1, 2 e 3, porque no próprio mapa que nos dão, que é a capa do próprio Plano, não porem cá uma legenda, não porem nada!

Por isso, parece-me que, a Câmara não está disposta a resolver esta situação, parece-me que está um bocado a lavar as suas mãos. E outra questão que me faz pensar nisso, é o facto de, não haver obrigação nenhuma da empresa. Foi dito que a empresa pretende continuar no Concelho, acho muito bem. Ai, da empresa, que não continuasse no Concelho! E temos alguma garantia que a empresa continue no Concelho? Não fomos informados disso! Eu espero que sim. Não sabemos. O problema é que eu quero votar favoravelmente este Plano, mas eu não quero ser comido como um lorpa, por isso, eu quero votar o Plano e dizer: sim, sim, eu estou a contribuir e estou a saber que esta empresa vai ter viabilidade, que esta empresa vai continuar no nosso Concelho, que aqueles postos de trabalho vão ser naquela empresa e não vão ser na área comercial que lá se vai criar, vai ser naquela empresa, porque vai ter viabilidade e essas condições, se existem, não nos foram pelo menos transmitidas, e era importante que tivessem sido.

As contrapartidas do hipermercado: O "Feira Nova" foi obrigado a construir uma passagem desnivelada e muito bem. E o que é que este hipermercado vai fazer? Quais são as contrapartidas que vai dar à Cidade? Vai fazer estes melhoramentos que são impossíveis? Vai desnivelar o cruzamento de Esgueira? Vai fazer um outro cruzamento ou uma passagem sobre o IP5? Não nos é dito nada, antes pelo contrário.

Uma última questão que pode parecer que não é importante, apesar de já algumas pessoas falarem aqui, é que: ou não houve diálogo

da Câmara com a equipa que fez o Plano, ou então a equipa que fez o Plano, esteve-se borrifando para aquilo que a Câmara diz. Porque a questão dos ciclistas, é uma questão muito cara à Assembleia, é uma questão muito cara à Câmara; ou pelo menos a Câmara, diz aqui na Assembleia, que a questão de pistas cicláveis é-lhe muito cara. Quer dizer, que a Câmara está interessadíssima em dotar a região de Aveiro, com pistas para ciclistas. No entanto, todos os Planos que vêm à Assembleia, não contemplam pistas para ciclistas. Sr. Presidente da Câmara, o Senhor não conversa com os arquitectos ou os arquitectos não lhe ligam nenhuma?"

Entretanto saiu da sala o Vogal Victor Manuel Cepeda Mangerão.

Vogal Diogo Machado:

" Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, começaria, esta minha intervenção, por focar mais uma vez, um problema que para muitos parece um problema, para mim não é, que é o problema da carta, da célebre carta. Que a carta em si não constitui nenhum problema, todos nós sabemos. Aquilo que eu disse está em actas, é muito claro, é muito explícito, não era nem nenhuma forma de me subtrair a pressões, nem por outro lado, de responder a pressões com outras pressões, era simplesmente uma manifestação que não foi do meu agrado que o meu endereço tivesse aparecido. No entanto, nessa mesma reunião fiz diversas declarações para alguns órgãos de comunicação social, em que disse claramente (e em dias subsequentes), que não era nenhuma carta nem nenhum tipo de pressão que me faria ajuizar sobre a viabilização ou não deste Plano de Pormenor. Se ele tivesse qualidade, se o projecto em si que também informa este Plano de pormenor tivesse qualidade, eu entendia que tinha condições suficientes para o votar favoravelmente, mas essa apreciação caber-me-ia a mim e só a mim, independentemente das cartas. O assunto da carta é um assunto meramente passageiro, que foi referido na altura e que gostava que não viesse à baila sempre que se fala deste assunto.

Em segundo lugar, apetecia-me começar brincando e dizer que esta é a noite dos independentes na bancada do PSD. Houve duas intervenções na bancada do PSD, do Eng.º Cruz Tavares e do Professor Rosa Pires, ambos personalidades desta Cidade com méritos firmados na área do Planeamento e do estudo das questões que informam o Planeamento, bastante emotivas e, ao mesmo tempo, bastante contraditórias nos sentimentos que despertaram. Para mim, ficou clara a sensação, nessa e noutras, de que o problema das pessoas é aquele que

mais está na mente desta Assembleia, inclusivamente nas duas intervenções que eu anteriormente referi. É o problema das pessoas que está mais claramente nesta Assembleia e isso, penso, para plagiar, que é pacífico. Para mim também o é. E é pacífico no bom sentido, é pacífico no sentido de que é esse o problema, que nós temos que resolver prioritariamente. E eu reportava-me à intervenção primeira desta Assembleia, em que se disse que a política ou o estar na política, era estar pelas pessoas e com as pessoas, em primeiro lugar; era estar com a Cidade em segundo lugar. Essa é a meu ver, a maneira correcta de se estar e fazer política, na nossa Cidade e no nosso Concelho. Obviamente, que o que aqui estamos a discutir é um Plano de Pormenor com deficiências, com lacunas, a mais grave delas já aqui foi apontada. É comum, penso que também de fácil concordância por parte de todos os membros desta Assembleia. Sim senhor, há que resolver esse problema. E, sim senhor, há que pedir hoje, porque é para isso que aqui estamos, o que aqui falta e falta claramente dizer, que este problema vai ser resolvido; é hoje que temos que perguntar. E eu pergunto também e junto a minha voz à voz das pessoas que antes de mim o fizeram: este problema vai ou não vai ser resolvido? Vai ser resolvido a contento, e bem? - É a pergunta que eu deixo no ar.

Em segundo lugar, gostava de vos dizer que governar nesta Cidade ou em qualquer outra, ou este País, é sempre tomar decisões, é sempre tomar riscos, porque tomar decisões é correr riscos. Também toda a gente sabe isto. Portanto, daí resulta para mim perfeitamente claro, desde o início, desde a primeira intervenção do Sr. Presidente sobre este assunto, que este realmente é, um objectivo político deste Executivo. Sim senhor, não há dúvida. Este realmente é um objectivo a cumprir por parte deste Executivo informado e com os moldes que o Sr. Presidente aqui nos expôs claramente. Gostava de dizer que não entendo qual é a dúvida, porque é a Câmara que apresenta e é a Câmara que faz a primeira defesa e a primeira apresentação e é a Câmara que claramente diz que quer este Plano de Pormenor aprovado. Ora bem, isto é que é governar, é tomar decisões, correndo riscos. E para julgar os riscos que se correm ou as decisões que se tomam, cá estarão os eleitores deste Concelho. Não nos queiramos sobrepor a ninguém. Eu não quero, os Senhores também não, penso eu. Cá estarão. Governar é, correr riscos e depois aceitar ser julgados por eles, isto é que é democracia. E é isto que aqui está a acontecer hoje, com um simples Plano de Pormenor, mais complexo por causa de toda a problemática que o envolve, nomeadamente as pessoas.

Falou-se aqui também de um protocolo. O Sr. Salavessa falou aqui de um protocolo, que a carta da Administração da CASAL, nos

referiu existir. Não conheço o teor desse protocolo também. Não sei se ele teria que estar nestes documentos ou não, sei que talvez ajudasse ler esse protocolo. Simplesmente pela maneira como as coisas aqui foram expostas hoje, eu entendo que esse protocolo é claramente um protocolo de boa fé. Pode não ter valor jurídico, pode não garantir absolutamente nada, pode ser facilmente quebrável, mas é claramente um protocolo de boa fé. E há neste momento, uma entidade que eu sei que está com boa fé e os Senhores também sabem pela maneira como este assunto está aqui a ser discutido, que é a Câmara Municipal de Aveiro, um Executivo da Câmara Municipal de Aveiro. Há uma entidade que eu sei que está de boa fé. Nada me leva a crer neste momento, que outra ou outras entidades não estejam também de boa fé. É exactamente isso que se pretende com este protocolo, penso eu. É um protocolo de boa fé assinado por partes que estão neste processo de boa fé. Processo esse que já foi atrasado pelos trâmites legais, por outro tipo de trâmites, por outro tipo de tergiversações, se calhar. É um processo que nos traz aqui toda esta assistência, em quatro anos não é muito, eu sei, mas em quatro anos de experiência nesta Assembleia Municipal, é a primeira vez que vejo esta casa assim, e realmente é agradável. Isto significa que as pessoas também depositam em nós alguma esperança, e mais uma vez, damos a volta e voltamos ao mesmo sitio. O que estamos aqui a fazer em primeiro lugar, será talvez defender os interesses das pessoas. A Câmara assumiu isso. Eu pela minha parte entendo que esta é a questão prioritária.

Acabaria e porque realmente já me alonguei um pouco, acabaria dizendo que, aprendi alguma coisa nestas reuniões exaustivas de apreciação do Plano de Urbanização. Penso que aprendi alguma coisa. Aprendi a olhar para os instrumentos de planeamento como instrumentos virados para as pessoas, que servem as pessoas, que ajudam as pessoas a viver melhor com mais qualidade, que ajudam as pessoas a tirarem mais partido e mais proveito daquela que consideram a sua terra. Não entendo os documentos de planeamento ou instrumentos de planeamento como um obstáculo; não entendo os documentos de planeamento como algo que possa, de uma forma ou de outra, agarrar-nos estritamente aquilo que está escrito ou àquilo que tem que ser feito ou àquilo que deveria ser pensado, para impedir que outras coisas boas possam acontecer. Nem eles próprios, instrumentos de planeamento, se pudessem pensar, se entenderiam a si próprios como isso, penso eu. Digo-vos também que aprendi outra coisa: qualquer instrumento de planeamento, e um Plano de Pormenor é um instrumento de planeamento, é sempre passível de actualização; aprendi também, pelos instrumentos de planeamento que, não necessitam necessariamente,

obrigatoriamente de estarem definidos e de seguirem uma hierarquia; aprendi também que os instrumentos de planeamento não são estanques, são osmóticos, trocam entre si informação, actualizam-se entre si e só assim, segundo aquilo que eu ouvi, é que eles têm razão de existir. Este Plano de Pormenor, é um instrumento de planeamento. Há outro que vai ser aprovado, o Plano de Urbanização, é outro instrumento de planeamento, que pode agir sobre este e que pode ser uma das maneiras ou uma das formas de viabilizar ou de resolver problemas, que porventura, inadvertidamente ou não, penso que sim, este Plano de Pormenor infere. Foi nesta óptica que eu estive em todas as reuniões de apreciação do Plano de Urbanização. Vou lá, vou ver se aprendo alguma coisa. Hoje, falando do instrumento do planeamento, reparo que alguma coisa consegui assimilar e reparo também que hoje, não tenho dúvidas absolutamente nenhuma, sobre a necessidade imperiosa de todos os instrumentos de planeamento que existirem e trabalharem em conjunto. Aquilo que eu queria dizer e terminava assim, é que com todo o respeito por todos os oradores que me antecederam, acho importante, acho fundamental para esta Cidade, para esta terra, para estas gentes, que não se destruam expectativas, algo que também consta nos Planos de Urbanização, nos PDM(s), nos instrumentos de planeamento, que não se destruam expectativas, mas que pelo contrário, desta forma e olhando para o planeamento como um amigo, que ajudemos a fomentar certezas e a restaurar algumas esperanças. É para isso que eu aqui estou; penso que é para isso que a bancada do Partido Popular também aqui está; penso que foi para isto que as pessoas que aqui vieram, nos vieram ouvir".

Entretanto saiu da sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa.

Vogal Olinto Ravara:

" Sr. Presidente, caros colegas, poderia dizer eu agora também, graças a Deus que a CASAL está viva. Porque este problema arrasta-se há tanto tempo, que eu admira-me que estejam hoje aqui ainda, trabalhadores da CASAL. De facto, este problema anda-se a enrolar há muito tempo, há tempo demais para permitir as condições de sobrevivência de uma empresa. E fala, quem está em empresas e sabe os problemas diários, sufocantes, com que as empresas se debatem quando estão numa situação difícil e quando nem o santo Ministro da Economia ou a santa Ministra do Emprego, que são as verdadeiras entidades que têm a primeira obrigação, estão na primeira linha no apoio às empresas, quando essas são ineficientes. E cabe-nos portanto a nós, aqui na

Asssembleia Municipal, pela primeira vez desde que eu cá estou e já tenho cabelos brancos, cabe-me também tomar parte de uma decisão que equivale a dizer, a CASAL vive ou a CASAL morre. Por mim, a CASAL vive como sempre viveu e eu espero que continue a viver cada vez com mais força, com outras armas. Agora, também tenho pena, sinceramente, que a resolução do problema da CASAL passe pela instalação de uma grande superfície e crie este precedente grave. De hoje para amanhã, outra grande empresa em dificuldades pode tentar resolver o seu problema muito legitimamente, um acto de sã administração e resolvê-lo através da implantação de outra grande superfície, quer dizer, e isto sinceramente, a mim dá-me que pensar. Não me dá que pensar, a certeza em relação ao futuro da CASAL, dá-me que pensar é as consequências desta decisão".

Vogal Pedro Dias:

" Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, no fim de uma discussão aqui travada de uma forma tão intensa, tão consistente e espera-se que no fim de um processo que de certa forma conseguiu mexer com a pacatez da nossa tradicionalmente pacata opinião pública local, dificilmente se poderia deixar passar este debate sem deixar três ou quatro notas que me parecem importantes. Desde logo, creio que talvez se possa lembrar que, do meu ponto de vista e como aqui já foi incidentalmente referido, é evidente que, o processo que conduziu à apresentação deste Plano de Pormenor, ou sobretudo, alguns acontecimentos que lhe foram simultâneos, não foram totalmente correctos, não foram politicamente correctos e, uma certa ânsia de querer apressar as coisas que naturalmente se fariam, eu penso que chegou a ameaçar e chegou a correr o risco de se voltar contra os próprios interesses que à partida se pretendiam defender. Ultrapassada essa questão, todavia, o certo é que, esta Assembleia é confrontada com o regulamento de um Plano de Pormenor e é esse regulamento desse Plano de Pormenor, que esta Assembleia tem que dar a sua concordância, tem que assumir conscientemente todos os riscos e todas as virtudes da sua aprovação, ou conscientemente tem de assumir o ónus de rejeitar este Plano, não só pelo documento que aqui está, que é efectivamente aquilo sobre, o que objectivamente, nos devemos pronunciar, mas também sobre todas as situações que sabemos, lhe estão subjacentes. Eu devo dizer que respeito extraordinariamente, as opiniões técnicas que aqui foram emitidas e ouvi algumas que não me atrevo sequer a contestar, nomeadamente, aquelas opiniões tecnicamente abalizadas e refiro, obviamente, por exemplo, a intervenção do Sr. Professor Rosa Pires. Creio, todavia, que não é esse o Plano, em que

pele menos, a discussão para mim tem sentido, porque a discussão tem sentido, no fórum desta Assembleia, se não for uma discussão técnica e se for uma discussão política. Porque em termos de discussão técnica, permitam-me que diga que, técnica por técnica, que dê o benefício a quem também tecnicamente apresentou estes documentos e com os quais eu em função, reconheço, de falta de conhecimento, não me atrevo a pronunciar-me. Portanto, creio modestamente, que a prudência aconselhará a que, este projecto seja encarado do ponto de vista político. E a opção política tem de ponderar os diferentes interesses em jogo. Eu não subscrevo de maneira nenhuma aquela dicotomia que aqui foi referida numa dialéctica um pouco marxisante do nosso amigo Dr. Nuno Tavares, que falou da contradição dos interesses do capital e os interesses do trabalho. Eu não vejo a questão assim, porque não vejo esses interesses como necessariamente a colidirem entre si e vejo que, esses interesses para ser legítimos devem precisamente caminhar lado a lado e, portanto, creio que, a opção que se toma em relação a um documento desta natureza, não pode ser guiada por dizer, vamos beneficiar ou vamos privilegiar o interesse do trabalho, vamos sobrevalorizar ou subvalorizar o interesse capital. Creio que a discussão não é essa, porque esses interesses, repito, do meu ponto de vista, para serem legítimos, têm que caminhar lado a lado e o interesse, sinceramente, que aqui me interessa colocar em questão é apenas o interesse do Município, é apenas o interesse de Aveiro. É saber se para o Município é correcto ou não, a aprovação deste regulamento com as consequências que tem e não me interessa muito, devo dizer, se a aprovação deste documento vai valorizar interesses de trabalho ou vai desvalorizar interesses de capital ou vice-versa.

Temos para nós que, compete às Câmaras Municipais e às autarquias a criação de condições que permitam o desenvolvimento económico dos diferentes municípios, ainda que, por vezes, sejamos confrontados com a necessidade de corrigir, com a necessidade de alterar ou mesmo com a necessidade de substituir planos que se encontrem aprovados. Devo-lhes dizer e assumindo totalmente esta afirmação que, para nós, o planeamento não é algo que deva ser endeusado, o planeamento não é um mito, o planeamento é um instrumento feito em determinados momentos que deve ser alterado sempre, sempre, sempre que os interesses concretos das populações entendam ou aconselhem essa alteração. Não me passa por a cabeça que qualquer decisão política seja tributária ou seja escrava, digamos, de interesses de planeamento que foram definidos num momento histórico muito concreto. Acho que devemos ter a abertura de espírito suficiente, para alterar as vezes que forem necessárias os planos que forem

estabelecidos, porque a realidade não é estática e muitas vezes aconselha essa mesma alteração. Relativamente à questão que está em causa: É evidente que o que está em causa é a aprovação de um regulamento de um Plano de Pormenor. E é evidente que, em nenhum Plano de Pormenor (e isto foi uma intervenção que aqui foi ouvida) se pode garantir o que quer que seja sobre a existência, sobre a permanência, sobre a viabilidade de qualquer unidade económica, porque essas, as realidades económicas, não se subordinam às definições políticas e, portanto, dificilmente, se não mesmo nunca, um qualquer plano pode assumir o tipo de compromissos que ouvi aqui ser questionado. Por outro lado, parece-me que a aprovação ou a discussão deste Plano de Pormenor, está de certa forma, a tocar um paradoxo. É que este documento foi criticado por tudo e pelo contrário de tudo, isto é, este documento foi criticado porque foi aqui dito: não explicita aquilo que nós sabemos que lhe está subjacente. Disse, portanto, que este documento era omissivo, disse que este documento não retratava fielmente a realidade, mas simultaneamente, também já aqui se disse que este documento não pode ser mais do que isto, porque de facto, somos apenas confrontados tão só com a aprovação de um regulamento de um Plano de Pormenor.

Ora bem, em face de tudo isto, creio sinceramente que, a Assembleia vai ter totalmente em liberdade como sempre o fez, que assumir o seu voto, vai ter que assumir a responsabilidade, naturalmente, desse mesmo voto, mas creio, estou convencido que, os interesses de Aveiro vão aconselhar o voto no sentido que mais se adequa a esse mesmo interesse e à defesa e à tutela desse mesmo interesse. Será pelo menos esse o sentido com que, a bancada do Partido Popular vai votar este documento".

Vogal Nuno Tavares:

" Eu pensei que o meu querido amigo, Dr. João Pedro Simões Dias, me conhecia suficientemente bem, para dever abster-se de afirmações e de comentários que eu não posso deixar de tomar como uma coisa de insultuoso e compreenderá porquê. De facto, dizer a quem já tem uns bons pares de anos acima do meu querido amigo, que eu porventura, me passou alguma vez pela cabeça, aderir a franjas ou alguma coisa que pudesse lembrar o marxismo, essa, quem me conhece sabe muito bem que eu citei doutrina social cristã e doutrina social cristã tradicional. Quando falo na função social da riqueza ou nos deveres sociais do empresário e nos deveres dos trabalhadores e na conciliação de interesses, à partida divergentes e na compatibilização de tudo isso e no concurso de todos para objectivos comuns, para objectivos da comunidade, isto por amor de Deus; quando eu falo em fazer justiça a

todos, protegendo os mais fracos, isto não é marxismo, por amor de Deus. Respeitando eu, é evidente, profundamente, todos aqueles que se afirmam de princípios marxistas, naturalmente como pessoas que são. De maneira que, Sr. Presidente, meus queridos amigos, minhas senhoras e meus senhores, só este aparte para desfazer confusões e para colocar algumas coisas no seu devido lugar".

Presidente da Câmara:

" Sr. Presidente muito obrigado. Em resumo e depois da discussão que esta Assembleia teve, penso eu que estará tudo dito em termos das opiniões de cada uma das bancadas. De qualquer modo, eu queria referir-me a uma questão que foi posta que era: qual é a política de planeamento da Câmara Municipal? A política da Câmara Municipal é aquela que esta Assembleia lhe dita. É o Plano Director Municipal, são todos os Planos de Pormenor a executar, é planear. É ter a coragem de o fazer, lançar de facto, o trabalho em termos de realização de planos, de instrumentos de trabalho, para que o futuro tenha alguma visibilidade, para que haja um caminho aberto e as pessoas saibam que se está a planear, que se está a prever, que todos estamos a estudar e encontrar as soluções que, o próprio planeamento dita, portanto, pelo respeito da Lei, nos termos da legislação, nos termos do PDM. Esta é a preocupação, é assim que a Câmara Municipal planeia. E planeia até em conjunto, com todas as entidades, nomeadamente, com esta Assembleia, por amabilidade da própria Assembleia, dado o interesse que vem demonstrando em acompanhar os Planos, os projectos, portanto, a estudar e ao mesmo tempo, dar um contributo enorme para que eles venham cada vez mais acertados, com uma melhor previsão, com uma melhor correcção.

Em segundo lugar, a política da Câmara é também planear de acordo com os interesses da população. A Câmara não vai planear, porque tem o gosto de planear, com certeza que tem que planear para quem cá vive, não é para aquilo que é sonhado, só. Esta é a segunda parte e que eu queria dar resposta, à forma como a Câmara actua em termos de planeamento. A outra questão que foi posta, do apoio que eu dou aos técnicos, eu aí não gostaria muito de dar resposta, porque me dá impressão de que é uma informação técnica de dentro do gabinete, ou que o Presidente não apoia tanto, ou vai lá poucas vezes, será talvez isso. Se for isso, tem menos interesse. Espero que não seja, porque o apoio que faço aos técnicos é aquele que me é solicitado e é aquele que eu sei fazer e que posso fazer. Estou convencido que este Plano é um Plano de boa fé e que está aqui com todo o realismo e que se baseou nestes dois princípios: planear, dar cumprimento ao que o PDM determina;

melhorar aquela zona que, retirando o "Feira Nova" é uma situação degradante e, corresponder ao problema da CASAL, expliquei isso no principio, que era a questão do emprego, é a questão de a viabilizar. Eu até fiz uma ligação que me parece, dá resposta: Ou temos as duas coisas ou não teremos nenhuma, se calhar. Deus queira que isso não aconteça, pelo menos para o lado da CASAL, pode ser que se mantenha. Como aqui foi dito, há tanto tempo que anda isto enrolado e ainda há emprego. Mas, a verdade é que a Câmara Municipal não vai por empurrão, tem de aguardar que se faça o Plano, que se definam princípios, que se saiba que se está de facto, a tentar fazer o planeamento nas melhores condições e não por empurrão. E não foi por empurrão e não vai por contrapartidas. As contrapartidas não são legais, não faz planos. Não há ninguém que possa dizer que, este Plano, ou da CARREFOUR ou quem aí vem pôr a grande superfície, ou dos interessados da CASAL, ouviu da boca do Presidente da Câmara: Para fazer isso é preciso contrapartidas. Não, está tudo no Plano, estamos abertos e se houver condicionantes, porque também acho que as deve haver, aquele nó que está lá é um nó para acessibilidade, terá que ser construído, alguém terá que o pagar, isso é um facto. Mas isso, se houver condicionantes é no licenciamento da obra. É aí que as coisas se colocam. Isto só pode ser licenciado, se tiver essas condições.

Relativamente à acessibilidade, os técnicos dirão, darão as explicações, eles matutaram, com certeza, em pormenor sobre esse aspecto. Mas, eu julgo que não é tão grave, como aqui se foi afirmando. Eu julgo que, as ligações que ali há: há uma ligação a Taboeira; há uma ligação que é este nó sobre a 109, a melhor; a estrada de Taboeira que vai desse nó que está previsto e que vai ligar à zona industrial, vai ter um perfil, julgo eu, mas tecnicamente dirão suficiente, onde cabe o metro de superfície e onde caberá a pista dos ciclistas, porque não. Temos depois, a acessibilidade da própria 109; temos o novo acesso, dos Ervideiros, a ligar ao Norte, a ligar portanto a Cacia com uma saída que vai depois entrar no IP5; temos a ligação à Azurva, à existente, que passa pelo cabo Luís, não é das melhores, mas temos também o IP5 que fará a ligação com o IC1. O concurso foi prometido pelo Governo, ser aberto durante o mês de Julho para a construção da IC1 nesta zona. De qualquer modo, nós trabalhamos de boa fé e estamos convictos que isso vai acontecer. Toda a gente sabe que há, em termos de protocolo com a Junta Autónoma de Estradas, o acesso, exactamente no IP5, com entradas e saídas. Eu julgo que, não é tão grave a falta de acessibilidade. Temos portanto, para Norte, para a Cidade e ainda a saída para Sul, que pode ligar para Águeda, pode ligar para a parte Sul do concelho.

O pequeno comerciante, foi aqui referido. É uma preocupação, mas também não pode ser responsabilizada somente a Câmara, tem que ser vivida com todos. E a Câmara tem neste momento, um comprometimento de recuperação da zona antiga, de melhoria dos estabelecimentos dos pequenos comerciantes, da recuperação dos pisos, do alindamento da zona, neste caso a zona abrangida por um Plano chamado PROCOM, tem um compromisso de quatrocentos e sessenta mil contos, ou seja, meio milhão de contos para ajudar o pequeno comerciante. Portanto, também aqui não há falta de atenção ao pequeno comerciante.

E julgo que eram as respostas que me puseram com mais relevo. Eu dava agora a palavra, relativamente às questões que o Sr. Professor Rosa Pires pôs, que são sempre bem postas, é uma pessoa que conhece e sabe de Planeamento e sempre que fala, é uma lição que nos dá. E eu vou tentando aprender com ele, digo isto sempre, mas nem sempre aprenderei tão rapidamente como seria desejável. Ainda é o primeiro plano. Por acaso este primeiro Plano nasceu de uma forma especial, todo em conjunto, tem sido Plano da Zona Industrial, porque a designação não era Plano da Quinta do Simão, era Plano da Zona Industrial, e porque aquela parte Norte da estrada 583, fazia parte do antigo Plano da Quinta do Simão, para distinguirmos esta área que hoje aqui discutimos do plano da Zona Industrial, chamámo-lhe Quinta do Simão Sul, abrangia uma parte da Quinta do Simão. É uma designação momentânea de definição. E naturalmente que vai acompanhar depois o da Quinta do Simão Norte, quando ele se desenvolver. O Sr. Arquitecto falará porque é que a tipologia não está, o número de fogos, as linhas de alta tensão são responsabilidade assumida por escrito pela Electricidade do Norte, está garantido, a Câmara tem carta escrita de responsabilidade, de retirada, do alteamento, da mudança, dessas coisas todas, a pista dos ciclistas, penso que é viável. Quanto ao protocolo, existe de facto um protocolo que foi aprovado em reunião de Câmara em 3 de Março de 1997. Nem sequer se lembrou de o fazer apresentar. Mas esse protocolo, é exactamente um compromisso entre a empresa CASAL e a Câmara Municipal em que, quer um quer outro, se comprometem a colaborar. Mas, da parte da empresa CASAL, compromete-se a construir a nova fábrica, na mesma área, na zona industrial e a Câmara compromete-se a ajudar a adquirir os terrenos, aproveitando o Plano que está em marcha, a destinar já os terrenos, tem obrigação de o fazer. Não sei se o protocolo (houve aqui alguém que disse), vale ou não vale. Para mim vale, eu faço protocolos frequentemente com o Governo e eles têm valor. Agora, tivemos essa cautela no sentido de colaborar com a empresa, não deixar morrer a empresa. Isso foi essencial, eu não nego a

pressão exercida. Agora, que eu tenha solicitado contrapartidas, mesmo para o benefício do resto da comunidade, não. De maneira que o compromisso existe, nesse Plano de 3 de Março aprovado em reunião de Câmara, definem-se já as áreas das parcelas que estão a ser adquiridas pela Câmara. A Câmara está a adquirir as parcelas, como já fez muita vez e eles vão-nos pagar o preço a que nós comprámos, para instalar a fábrica. É ajudar, é resolver o problema. E a metalurgia CASAL compromete-se a proceder a aquisição à Câmara de Aveiro dos terrenos identificados em IA, logo que estes passem a ser propriedade da Câmara ou por qualquer outra forma, esta as possa alienar; compromete-se a construir nos terrenos adquiridos à Câmara de Aveiro a sua nova unidade industrial, mantendo e se possível aumentando os postos de trabalho actualmente existentes; compromete-se a desenvolver todos os esforços, no sentido da concretização das mencionadas parcerias com empresas estrangeiras ou nacionais, no sentido do desenvolvimento e expansão da empresa; compromete-se inclusivamente, a utilizar as infra-estruturas municipais que vão ser um facto, ou seja, tais como, nomeadamente a ETAR colectiva a construir pela Câmara na zona industrial. Há alguma base, e eu julgo estar com algumas pessoas de boa fé, que são os trabalhadores e é a CASAL".

Entretanto deram entrada na sala os Vogais, Victor Manuel Cepeda Mangerão e João Ferreira da Peixinha.

Arquitecto Álvaro Carneiro:

"Em primeiro lugar, e com todo o respeito que tenho pelos especialistas de planeamento que se encontram nas diferentes bancadas desta Assembleia, eu deveria dizer que este Plano, não foi de modo algum feito de forma leviana ou ausente da ética profissional. De outra forma, não se perceberiam os pareceres favoráveis da Comissão de Coordenação da Região Centro, da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Centro, da Comissão Nacional de Reserva Ecológica Nacional, da Direcção de Serviços Regionais de Estradas do Centro, da Delegação Regional de Economia do Centro, esta com parecer favorável condicionado ao parecer da EN, que por sua vez, emitiu parecer favorável. Apenas houve uma entidade que foi consultada e que se recusou emitir parecer por não estar no âmbito da sua actividade neste tempo concreto e nesta fase do Plano, que foi a Direcção Geral do Comércio e da concorrência, que é uma Direcção Geral que se pronunciará sim, quando a grande superfície comercial lá entregar o processo de licenciamento. Eu suponho que isto, que vem de algum

modo, responder a questões que foram aqui fortemente debatidas, como é o caso, por exemplo, das acessibilidades. Se estão bem, se estão mal, se foram preparados os acessos para a grande carga ou para a sobrecarga de trânsito que, inevitavelmente a grande superfície vai provocar, e é evidente que a resposta é positiva. De facto, essas questões foram acauteladas, de outra forma, não se entenderia o novo nó em substituição do nó do "Feira Nova", porque se está a funcionar, está a funcionar. Portanto, se há uma actuação nossa fora da área do Plano, que incide especificamente num nó que funciona para o "Feira Nova", mas já não funcionará para a zona industrial e para a nova grande superfície, se nós tivemos essa atitude, é porque de facto estávamos a acautelar os acessos, ou seja, a sobrecarga de acessos a esta zona. Devo também referir que, a largura de arruamentos está estipulada em Lei, nomeadamente na Portaria 1182. Para este tipo de Plano, o perfil da rua é de 7 metros, ora, nós estamos em 14 metros. Nesses 14 metros, obviamente que estão incluídas as tais pistas para ciclistas, que foi uma questão que foi debatida ao longo da elaboração do Plano, que foi uma questão que foi posta e que como foi dito aqui pelo Vereador Belmiro Couto, ao qual se respondeu o que eu vou responder agora. Trata-se de facto, nós temos espaço para a pista de ciclistas, como temos espaço para a pista de bus. É evidente que a formalização e porque eu nunca vi um Plano com pistas de ciclistas ou pistas de bus concretamente definidas, passa-se sim pelo projecto de execução dos arruamentos e evidentemente, pela sinalização de pavimentos, pela sinalização vertical, etc.. Portanto, estamos com o dobro do perfil que a Lei prevê para situações destas. Também numa perspectiva e, como eu disse à bocado este Plano faz parte dessa tal malha que aqui também foi citada e os Planos são osmóticos e nós entendemos isso.

Foram durante todo o processo de elaboração deste Plano, feitas reuniões com equipas autores de outros Planos e de estudos em elaboração. São elas: o Plano Estratégico, o Plano de Urbanização da Cidade, o Estudo de Ordenamento de Circulação e do Estacionamento da Cidade, o Estudo de Viabilidade Técnica e Financeira de uma Rede Metropolitano ligeiro de superfície para a região de Aveiro, o Plano de Pormenor de requalificação da Estrada Nacional 109, o Plano da Alameda de Forca-Vouga e área envolvente, Plano de Pormenor da frente Sul do Parque, Plano de Pormenor das Glicínias, Plano de Pormenor do Parque Desportivo de Aveiro, Plano de Pormenor da Junqueira Atalaia e finalmente, Plano de Pormenor da Zona Sudoeste de Cacia.

Ainda acerca das acessibilidades, já tinha falado do redimensionamento dos perfis, nomeadamente da estrada municipal

583/3; falei da reformulação de todo o nó, o chamado nó "Feira Nova" e faltou-me uma peça fundamental no escoamento de tráfego que é, um nó que já vem apontado no Plano Director e eu posso apontar aqui, que fica exactamente sobre a curva dos "cem" e que vai assegurar a ligação do IP5 com o IC1. Ele aqui no Plano Director da Cidade está com menor desenvolvimento do que aquele que apresentaremos quando entregarmos o Plano de Pormenor da Zona Industrial e isto porque, foram negociados com a Junta Autónoma de Estradas mais ramos de ligação que permite, portanto, para além de se assegurar a ligação IP5 / IC1, assegurar-se a ligação à zona desportiva e à zona industrial e, em consequência, à Quinta do Simão Sul, à Quinta do Simão, etc.. Portanto, supomos que, estes assuntos das acessibilidades e das sobrecargas que a própria zona industrial vai provocar e das sobrecargas das referidas grandes superfícies, estes problemas foram todos acautelados, foram referidos perante estas entidades todas que, como sabemos todos, são extremamente rigorosas em questões de acessibilidades e de estacionamento. Não estou a ver a Comissão de Coordenação da Região Centro a esquecer-se de verificar estas situações, não estou a ver Junta Autónoma de Estradas, que aprovou o desenvolvimento do nó, colocou apenas uma pequena sugestão, que nós por contenção geográfica informamos que não podia ser, que era um ligeiro aumento do raio de curvatura. Foi focado aqui também, a questão de se estar a alterar uma disposição do Plano Director Municipal. Ora, a própria Lei, neste caso o Decreto 69/90, tem um artigo, que é o artigo 16º, que foi praticamente feito para este tipo de situações. Para mais quando se trata de um Plano como o de Aveiro que teve oito anos de execução, ou seja, quando foi aprovado tinha oito anos já, portanto, já estava em adiantada idade e é para esses Planos, para que se possa evoluir, para que as coisas não sejam imutáveis, porque o desenvolvimento não é imutável, foi para essas alterações, que foi criado o artigo 16º. Acerca de omissão de informação, que não se vê os sectores, que não se sabe qual é o sector 1, qual é o sector 2, que se tem que andar para a frente e para trás no regulamento, eu só tenho uma coisa a dizer: um Plano de Pormenor não é apenas um regulamento, tem também a planta de síntese. Não me parece, de forma alguma correcto, analisar um Plano de Pormenor apenas pelo seu regulamento, tentar descobrir quais os seus sectores, no regulamento. É no regulamento sim, e em todas as peças gráficas que aqui estão produzidas que a própria lei exige e é esse conjunto de peças gráficas e escritas que forma um Plano de Pormenor. Portanto, não estou a ver, a dificuldade na identificação dos sectores, uma coisa que para mim é obvia, do sector 1, vai-se à planta, sector 2, sector 3.

Falta uma questão que também foi frequentemente citada, que é a questão do número de fogos. Esse regulamento que os Srs. Deputados têm, neste momento, é um regulamento técnico. Após a aprovação ele transformar-se-á em regulamento Administrativo, ou seja, há muitas maneiras de calcular fogos, podíamos adoptar uma qualquer, por exemplo, dividir a área de construção, por exemplo, por 120 m² e calculávamos o número de fogos. Imaginemos 250 (e esta questão foi colocada quer na CCR, quer na DGOT em Lisboa), nós ao estarmos a definir o número de fogos 250, estávamos a impedir que se fizessem 251, 252 ou 300, ou seja, tinha sido adoptado um critério de medição de fogos, como eu disse 120 m² por fogo. É discutível, mas é um critério e dava 250 fogos, as tipologias depois baixavam, por exemplo para T1 ou T2 ou T0 até, e nós nunca poderíamos alterar o número de fogos. Esta questão foi colocada exactamente nestes termos à CCR, à DGOT e a DGOT deixou, inclusive aconselhável que, apesar da Lei definir o número de fogos, a DGOT achou mesmo aconselhável que não referíssemos tal facto. Creio ter respondido às questões que foram colocadas, agora se quiserem esclarecer mais alguma questão".

Vogal Virgínia Veiga:

" Era para pedir alguns esclarecimentos. Evidentemente, nós temos aqui um princípio de base, os esclarecimentos são pedidos à Câmara e não aos técnicos. Por uma vez viro-me de costas para a Câmara para lhe pedir um esclarecimento. O esclarecimento que peço é o seguinte: (e é um esclarecimento por, com sinceridade, não ter gostado do modo como o Sr. Arquitecto se nos dirigiu) O Sr. Arquitecto saberá até melhor do que nós, a quantidade de disparates que têm sido aprovados pela Comissão de Coordenação da Região Centro e pela Junta Autónoma das Estradas e, portanto, como é um profissional dessa área, poderia dar aqui inúmeros exemplos. Eu poderia dar um sem número deles, o Sr. Arquitecto multiplicaria, com certeza, por mil ou por cem. Portanto, essas entidades também fazem asneiras e têm-nas feito bem feitas em Aveiro e bem à vista de toda a gente. Basta ir, por exemplo, passear para a praia como o PSD e ficamos ali entalados, e foi aprovado pela Junta Autónoma com o parecer favorável da Comissão de Coordenação da Região Centro, como o Sr. Arquitecto sabe. Agora, eu não consigo perceber, explicar-me-á tecnicamente, aquilo que não explicou e que foram as questões que lhe foram colocadas através da própria Câmara, uma vez que o Sr. Presidente da Câmara deferiu para si a resposta a elas. Como é que no traçado da EM 583/3 o Sr. Arquitecto, independentemente da legislação em vigor que nós ambos conhecemos, consegue colocar e coloca neste Plano que nós estamos a apreciar,

consegue colocar simultaneamente área pedonal, área de segurança para paragem de veículos, eventual linhas bus e eventuais (eu faço chamar à atenção que por acaso, quem falou hoje de pistas cicláveis, nem fui eu, foi aqui o meu colega de bancada Custódio Ramos), porque eu limitei-me a chamar à atenção, do objecto da empresa que está em questão e, por ironia do destino, ninguém fez neste caso, um cálculo à quantidade de ciclomotores que têm áreas específicas e problemas específicos como todos aqui sabemos, até diferentes dos velocípedes sem motor.

São três tipos de transporte a equacionar, ou, aliás, quatro: o normal do trânsito automóvel, o trânsito de veículos motorizados que por ali circula e que circulará muito mais com a tal outra parte do Plano que aqui não veio e com a questão dos autocarros. E tudo isso porque, como se disse, ao contrário do que o Sr. Presidente disse ali na sua explicação, não passa por lá a linha de metro de superfície. Está por explicar, como é que cabe, não digo o Rossio na Rua da Betesga, porque nós estamos em Aveiro, mas como é que cabe. Isto tudo não cabe, não há hipótese. E eu chamaria à atenção e esta é a questão essencial e fulcral. Não me venham falar de ter pensado na envolvente do Plano que hoje temos que aprovar ou rejeitar. O que nós queremos saber, é o que é que se passa nisto que nós hoje vamos aprovar. E nisto que nós hoje vamos aprovar, não há um estranho e minúsculo alargamento mínimo de uma rua que não contempla nada, salvo o devido respeito, quer da hipótese do crescimento da população que muito bem referiu o Eng.º Cruz Tavares, quer da hipótese de crescimento do tráfego automóvel, natural, ocasionado pela grande superfície que ninguém protestou. Portanto, não foi explicado até este momento como é que neste Plano que nós estamos a aprovar (e nós não estamos a aprovar nenhum daqueles "nós" que ali estão) como é que neste Plano, se vai conseguir circular no futuro? E esse futuro é o futuro de todos nós que aqui estamos, daqueles senhores e dos filhos deles".

Vogal Rosa Pires:

" Há aqui um aspecto que eu considero fundamental e que deve ficar para o futuro, de alguma forma a Dr.ª Virgínia Veiga abordou, mas eu acho que é um aspecto gravíssimo. O que aqui aconteceu, aconteceu em muitas outras situações, que é a tentativa do técnico intimidar o leigo. Já aconteceu na sessão anterior, quando o Sr. Custódio Ramos disse: " Este não é um bom regulamento"; e o técnico disse: "Mas foi aprovado pela Senhora que é a maior competência da região, do País ou não sei quê". Face a isto, o leigo cala-se. O que aqui se passou é inadmissível e eu espero que a Câmara de uma vez por todas impeça os técnicos de ter este comportamento. Foram postas questões concretas

que foram agora reformuladas e o que se disse, foi que alguém superior aprovou e arrombou. Não é isso. E o que se espera dos técnicos, é que demonstrem cabalmente e cedendo a informação que é necessária ceder, para que o leigo compreenda a qualidade da proposta. O que se espera do técnico é que, com clareza e racionalmente, justifique as propostas feitas e não que diga: calem-se, porque alguém que sabe muito mais do que vocês já se pronunciou favoravelmente. Isto é intimidação, aconteceu noutras Países, o planeamento fez muitos erros por causa disto, porque os técnicos se esconderam na verborreia que normalmente estas pessoas, de facto têm. E isto tem que ser dito. É por isso, que eu acho que a Câmara não deve admitir que venham para aqui as pessoas com este tipo de informação. Senão veja-se, parte da justificação da acessibilidade prende-se com um redesenho de um nó, que nós nunca soubemos que existia e, portanto, tínhamos que deformar a nossa opinião positiva com uma total ausência de informação. Como é que isto é possível? Se as pessoas achavam, para perceber o que estava proposto, que era preciso dar aquela informação, tendo em conta a importância que este Plano de Pormenor tem, as pessoas deviam rapidamente fazer ceder, para que as pessoas percebam, porque é que a proposta era boa. Se as pessoas desrespeitam a Lei por motivos razoáveis porventura, têm que dizer porque razão o fizeram. Não é, do respeitar a Lei e nem uma palavra. Então, se não consta o número de fogos e a tipologia e entendem que isso é bom e porventura terão razão, têm-no que dizer porquê. Este tipo de informações que não é cedida, é inadmissível. Eu espero que a Câmara exija aos técnicos, que responda, não porque terceiros acharam melhor, mas pela qualidade concreta da proposta que apresentaram. A Câmara não pode admitir. Nós leigos, não nos podemos deixar intimidar. Estou aqui como político, neste caso, e o político levantou problemas e esperou dos técnicos respostas cabais aos problemas. A questão é esta: Eles têm que dar respostas credíveis e fundamentadas. É isto, isto é política.

Os planos podem e devem ser alterados, sim senhora. Aliás, um dos primeiros aspectos deste que devia ser alterado, era transformar uma zona que estava em zona industrial, passá-la a comércio e serviços. Não era isso que era prioritário! Agora, os planos podem cometer erros e faltas irreversíveis através de más decisões, ou reversíveis a muito custo ou a custos elevados e é isto que temos que saber evitar; perceber, quais são as áreas em que pode haver erros irreversíveis ou com muitos custos, evitar que eles ocorram. E é um pouco, creio eu, para nós não cairmos nesta situação que a Dr.^a Virgínia Veiga já pediu uma resposta à pergunta reformulada e que se deve insistir. Portanto, aqui tem que haver respostas claras e é por isso que eu acho (com toda a sinceridade), a minha posição é que este Plano que tem condições, porventura de ser

aprovado, eu julgo que sim, mas tinha que levar aqui uma melhoria qualitativa. E, portanto, isto para mim era feito durante Agosto e digo com toda a frontalidade, era feito durante Agosto, vinha aqui na primeira semana de Setembro, reformulado, melhorado, e nós aprovávamos isto com a consciência tranquila, de que estamos a preservar não só esta situação, estamos a estabelecer padrões de qualidade para os próximos Planos de Pormenor, estamos a salvaguardar a qualidade da Cidade de Aveiro".

Vogal Cruz Tavares:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, começava logo por marcar a minha posição relativamente a esta proposta do Professor Rosa Pires, acho que sim. O técnico que falou em nome da Câmara não adiantou muito. Estive quase para pedir ao Sr. Presidente para mandar calar o seu técnico, não o fiz por cortesia. Porque realmente, do que apareceu e do que transpareceu da intervenção do Sr. Arquitecto (que não tenho o gosto de conhecer, mas cumprimento muito respeitosamente), foi que, havendo pareceres das entidades, a Assembleia Municipal estava aqui no fim da linha e teria de concordar com aquilo que os outros aprovassem. Isso já foi salientado e isto é de facto, inadmissível. Sr. Presidente, escolha outros Gabinetes, porque esta linguagem não cabe dentro desta casa. Por muito leigos que sejam as pessoas que cá estejam, por muito incapazes que sejam, mas são pessoas que raciocinam e têm uma certa dose de senso comum e às vezes até percebem os arquitectos e os planeadores.

Sr. Presidente, também em relação à questão fundamental que nós pusemos, que é a solução do cruzamento da Rua General da Costa Cascais com a 109, respondeu, dizendo que há saída para a Taboeira e há saída para os Ervideiros. Sr. Presidente, mas que tráfego, que percentagem de tráfego que vai aceder a esta grande superfície, terá destino ou vem do destino da Taboeira e das Ervideiros? Uma percentagem mínima. Isto soa quase como um alibi técnico, que nós também, desculpe, não aceitamos.

O Sr. Arquitecto que fez a exposição disse que, um Plano destes não pode contemplar faixas de bus, não pode contemplar faixas cicláveis, nem sequer perfis tem. Eu chamo à atenção, Sr. Presidente, que há de facto perfis, neste Plano, o desenho 6.2 A, 6.1 A, trata só de perfis transversais e não estão cá assinaladas nem faixas de bus, nem pistas cicláveis como aqui foi reclamado.

Finalmente, um comentário ao protocolo que o Sr. Presidente teve a amabilidade de ler à Assembleia. Entre os diversos compromissos, registei um que achei, uma certa graça. A Câmara e a

Empresa interessada comprometem-se: a Câmara em fazer a ETAR e a Empresa em utilizá-la. Muitos Parabéns, grande negócio".

Vogal Diogo Machado:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito brevemente, apenas para tecer uma breve e rápida consideração, que é a seguinte: no seguimento da intervenção da Câmara, seguiu-se a intervenção do Técnico que suscitou diversas outras intervenções. Eu não comento a intervenção do Técnico, porque realmente, eu sou leigo. Agora, o que eu gostaria de perguntar ou de saber, ou de saber se sabem, ou de saber se alguém sabe nesta Assembleia é: porque é que uma série de questões são aqui claramente criticadas. Algumas delas, eu entendo validamente, (até eu entendo que são validamente criticadas) só que nada aqui é dito em função de procurar resolver-se essas situações, nada aqui foi dito. Aqui foi dito: pense-se, pare-se, pense-se, pare-se, torne-se a pensar e em Setembro. Nada aqui foi dito. Nada aqui foi dito, para dizer o problema é aquele, vamos resolvê-lo desta maneira. E eu gostava de ouvir isso. Assim, é fácil ser oposição".

Presidente da Mesa:

"Eu devo lembrar que depois destas réplicas compete à Câmara suspender e ser feita a votação. Portanto a Câmara não tem que prosseguir com os debates, as pessoas ficaram ou não ficaram informadas, manifestam a sua posição e prosseguimos depois com a votação".

Vogal Virgínia Veiga:

"Mas entretanto, eu como o Professor Rosa Pires colocamos a questão e não tivemos resposta nenhuma até este momento e foi pedido um esclarecimento. Não houve a resposta ao esclarecimento, nenhum de nós utilizou o direito sequer de réplica. Não foi dado esclarecimento nenhum, passou-se por cima do pedido".

Presidente da Mesa:

" Dr.ª Virgínia, portanto, essa critica que está a fazer à Câmara está dentro do espirito da réplica previsto no Regimento e se não tiver resposta, é porque a Câmara não tem resposta para dar e portanto ficará assim mesmo. Portanto, é claro que há respostas que eventualmente a Câmara possa não assumir".

Vogal António Salavessa:

"Houve, depois das intervenções dos membros da Assembleia, resposta da Câmara quer directamente, quer por parte dos técnicos. Eu quero deixar claro que compartilho algumas opiniões que aqui foram transmitidas em relação à tal questão dos técnicos e dos leigos, mas esse descontentamento que, repito, compartilho, não me leva a fechar os olhos a que foram prestadas algumas informações complementares, que responderam efectivamente a algumas questões que foram colocadas durante as primeiras intervenções, nomeadamente no Plano das acessibilidades, e que é pena. E aí, também tenho a mesma opinião que o Sr. Dr. Professor Rosa Pires, que não tenham sido aduzidas à partida, porque eram fundamentais para perceber as respostas previstas às implicações da implementação deste Plano de Pormenor. Já quanto às garantias do ponto de vista social, não se avançou grande coisa em relação àquilo que já era conhecido publicamente. Seria muito interessante saber, qual é a força efectiva legal de um tal protocolo, se o protocolo inclui ou não cláusulas de reversibilidade por incumprimento de compromissos e qual é a expressão dessas cláusulas. Portanto, é pena que esses elementos não tenham sido fornecidos com as outras intervenções".

Presidente da Câmara:

" Há aqui algumas coisas, que da minha parte devem ter um esclarecimento. Eu não estive, de momento, atento à intervenção do Sr. Arquitecto, mas custa-me a acreditar que o Sr. Arquitecto tenha querido chamar leigos ou desconhecedores aos membros desta Assembleia. Não deve ter sido essa a sua intenção, penso eu. Portanto, eu peço desculpa se houve lugar a esse entendimento.

Quanto aos acessos, eu expliquei-os há pouco. Falam-me agora na Rua General de Costa Cascais e eu respondo directamente ao Sr. Eng.º e peço-lhe para colaborar comigo amanhã, depois, quando puder, para estudarmos, porque o Plano de Urbanização está a ser feito e eu tenho impressão de que há uma grande dificuldade em resolver o nó da Rua General Costa Cascais na 109, era aí que estava a referi-se. É uma grande dificuldade. E aquilo que me é dado saber, em termos de andamento do Plano de Urbanização, lancei a hipótese de se fazer uma nova ponte que passasse do lado do Pavilhão do Clube Povo de Esgueira e fosse depois sair lá mais acima, para o lado do Cabo Luís, enfim, a zona que estivesse disponível e fazer então o acesso que permitisse o escoamento. Só vejo esta hipótese. A outra é aquela que pode acompanhar a linha do caminho-de-ferro, para fazer de facto, uma passagem subterrânea por baixo da 109 e encontrar, já não vai ser fácil, a saída na estrada de Águeda. São estas duas hipóteses que eu vejo de

momento e aquelas que coloquei ao Plano de Urbanização. Não sei se o Plano de Urbanização vai oferecer outras, os técnicos também estudam essas matérias, mas estamos a tempo de as detectar e encontrá-las.

Quanto aos Ervideiros, eu tenho a expectativa de que é, de facto, uma saída para Norte da zona industrial. E há uma coisa que aqui se esqueceu, é que, olhamos para as acessibilidades só naquele conjunto deste Plano, mas ele vai ter outro complemento, que é Plano da Zona Industrial, que vai dar acessibilidade a esta mesma zona. A acessibilidade é comum.

Quanto à ETAR, eu não lhe vou dizer quem a vai fazer, mas não deve ser a Câmara que a vai fazer. Também não foi pedida à CASAL. O próprio aterro sanitário precisa da ETAR e vai fazer essa ETAR e vai fazer o saneamento de toda aquela área, porque precisa mesmo de o fazer para si próprio".

Não se verificando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia o ponto n.º 2 da agenda de trabalhos: Plano de Pormenor da Quinta do Simão Sul - Apreciação e Aprovação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria de vinte e seis votos a favor (14 PP + 8 PSD + 3 PS + 1 Independente), três votos contra (2 PSD + 1 PS) e 1 abstenção (CDU).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes Vogais:

Vogal António Salavessa:

" A CDU absteve-se nesta votação, na convicção que desta forma contribui para a viabilização de uma empresa, no pressuposto da manutenção dos postos de trabalho, não votando a favor pelo facto de as garantias de que isso aconteça estejam claramente expressas".

Vogal Virgínia Veiga:

" Votei contra, porque aquilo que estávamos aqui a aprovar, era rigorosamente o Plano de Pormenor que nos foi apresentado e não quaisquer outros projectos de acessibilidade. Votei ainda contra, porque o protocolo existente entre a fábrica CASAL e a Câmara Municipal, não oferece qualquer garantia ou sequer prazo de cumprimento".

Vogal Filipe Brandão:

" Votei favoravelmente este Plano de Pormenor, porquanto compareci nesta Assembleia já na predisposição de o aprovar face à situação da Empresa CASAL e a sua viabilização apontada neste Plano.

É porém de inteira justiça de reconhecer que, não fora esse o caso, a inabilidade na apresentação deste Plano bem como a inexistência de refutação cabal das deficiências hoje apontadas, bem poderiam ter justificado o voto contrário".

Vogal Cruz Tavares:

" Eu votei contra, porque não encontrei respostas técnicas ao problema grave do fluxo de tráfego àquela zona, mas como o assunto se revestiu mais de uma componente política do que técnica, eu queria declarar nesta minha declaração de voto que, e isto queria que fosse ouvido pela assistência que hoje nos presenteou com a sua presença, tenho confiança na inteligência das pessoas e que este Executivo conta com Deus pelo seu lado e que isso é muito discutível. Este Executivo chega ao ponto de querer escrever direito por linhas tortas, o que está reservado a essa entidade. Neste caso, trocar a solução de um problema de empregos à custa de um aleijão urbanístico é muito grave. Queria declarar que é possível mudar e que é possível resolver simultaneamente, o problema das pessoas sem ferir o corpo desta Cidade, que é de todos".

Vogal Manuel António:

" Queria dizer que, votei favoravelmente porque aceito as justificações do Sr. Presidente da Câmara e confio que os Planos de Pormenor confinantes a este, venham resolver as acessibilidades que este Plano não contempla".

Vogal Custódio Ramos:

" Eu votei a favor, na convicção e na esperança de que o crescimento urbano que este Plano vai proporcionar, ele proporcione também, um aumento de emprego e sobretudo de emprego de qualidade".

Vogal Armando Vieira:

" Sr. Presidente, como não estive na parte inicial do debate sobre esta questão, não intervim. No entanto, quero dizer que votei a favor, preocupado com a real situação da Empresa CASAL, preocupado com a situação dos trabalhadores da CASAL e não convencido com a qualidade e com as condições do Plano apresentado. Foram apenas as razões citadas atrás, que me levaram a votar a favor e desejo para os trabalhadores da CASAL, para a CASAL, para o desenvolvimento industrial do Concelho de Aveiro e de uma nova unidade industrial que se preconiza alternativa, desejo que a Câmara esteja atenta e que todos tenhamos a preocupação de que assim seja, para bem de Aveiro, dos

trabalhadores da CASAL e para o desenvolvimento do Município de Aveiro".

Vogal Diogo Machado:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, votámos favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos cumprindo e perseguindo a política que sempre nos norteou e essa é claramente governar tomando decisões e correndo riscos sempre com as pessoas em primeiro lugar, hoje as da CASAL, amanhã as que de nós necessitarem. Serenamente e com a consciência tranquila de quem trabalha para e com agentes deste concelho, não tememos o julgamento. Quanto à Administração da Metalurgia CASAL, apenas uma palavra: que a boa fé aqui expressa e as expectativas criadas, sejam rapidamente transformadas em certezas. É tudo o que nós desejamos".

Vogal Rosa Pires:

"Eu votei contra e gostava de subscrever a declaração de voto do Sr. Eng.º Cruz Tavares, se ele assim me permitir, dizendo só, que quem teve a coragem de hoje não votar facilmente, não teme também o julgamento que mais tarde se há-de fazer".

Terminados os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a minuta da acta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 02:00 horas do dia 25.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que, no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.


António de Sousa Dias

Manuel Miguel Botas